

# PROJETO COMUNIDADE VIVA: A PESSOA NO CENTRO DO DESENVOLVIMENTO



CONTRIBUIÇÃO DO COMPONENTE SOCIAL PARA UMA EXPERIÊNCIA  
DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO EM PERNAMBUCO



# PROJETO COMUNIDADE VIVA: A PESSOA NO CENTRO DO DESENVOLVIMENTO

CONTRIBUIÇÃO DO COMPONENTE SOCIAL PARA UMA EXPERIÊNCIA  
DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO EM PERNAMBUCO

## **Fundação AVSI**

Fabrizio Pellicelli – Diretor Geral  
Lareyne Almeida – Coordenadora Geral de Projetos  
Ana Maria Bianchi – Coordenadora de Projeto

## **CDM**

Heli Roberto Mansur dos Reis – Diretor Executivo Financeiro

## **Governo do Estado de Pernambuco**

Danilo Cabral – Secretário das Cidades  
Márcio Vianna – Gerente-Geral do PROMETRÓPOLE

## **Prefeitura Municipal de Olinda**

Renildo Calheiros – Prefeito  
Hilda Wanderley Gomes – Secretária de Obras e Serviços Públicos  
Enison Hipólito – Secretário Executivo de Urbanização Integrada  
Lígia Sette – Gerente Social do Programa PROMETRÓPOLE/PAC

## **Organização**

Lareyne Almeida, Ana Maria Bianchi

## **Redação**

Ana Maria Bianchi, Lareyne Almeida

4

## **Colaboradores**

Ana Carolina Magalhães, Júlia Ribeiro de Oliveira, Karen Fon

## **Revisão do conteúdo**

Fabrizio Pellicelli, Lareyne Almeida

## **Revisão de Texto**

Simone Freitas de Araújo

## **Projeto gráfico**

Geraldo Alain

## **Impressão**

MXM Gráfica

**Fotos capa:** Fernanda Mafra/Pref. Olinda / Fundação AVSI / PROMETRÓPOLE



Esta publicação foi financiada pela União Europeia

Fundação AVSI. Contribuição do Componente Social para uma Experiência de Desenvolvimento Urbano Integrado em Pernambuco - PROJETO COMUNIDADE VIVA.

Recife: Fundação AVSI, agosto de 2012.

## APRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

---

O Governo do Estado de Pernambuco, em face do forte crescimento econômico dos últimos anos, ciente do valor do capital humano no processo de desenvolvimento e da redução da vulnerabilidade social das comunidades carentes, vem procurando investir em projetos voltados à redução da pobreza urbana na Região Metropolitana do Recife. Para tanto, tem ampliado parcerias com entes públicos e privados, envolvendo no processo os beneficiários das ações. A medida tende a aguçar a capacidade para o exercício do controle social, contribuir para o fortalecimento das comunidades assistidas, e aprimorar o planejamento e a execução dos projetos. A metodologia participativa confere aos processos transparência e auxilia na sustentabilidade dos resultados das iniciativas.

O Programa PROMETRÓPOLE, investimento em infraestrutura urbana integrada, e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que o complementa, buscam a melhoria da habitabilidade de comunidades de baixa renda da bacia do Rio Beberibe. Seus projetos de engenharia foram desenvolvidos com a participação dos habitantes locais. A limitação de recursos financeiros do PROMETRÓPOLE demandou cortes de atividades sociais, e o Projeto Comunidade Viva, voltado à redução da pobreza em áreas urbanas carentes de Olinda, ofereceu alternativas de expressivo alcance ao desenvolvimento social local. Essa iniciativa de parceria do Estado de Pernambuco com o Município de Olinda, a Fundação AVSI e a Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana – CDM se desenvolveu com o suporte da Unidade Técnica do Programa PROMETRÓPOLE e foi implementada com reconhecido sucesso.

Financiado pela Comunidade Europeia e fruto de esforço dos envolvidos, seu resultado pode ser atribuído a peculiaridades metodológicas utilizadas. Objetivaram a sustentabilidade, e suas ações sociais integraram as ações físicas de infraestrutura, desenvolvidas a partir de base territorial de expressiva importância municipal. A sua atuação foi fundamentada no protagonismo das associações civis e seus serviços oferecidos à população. Além disso, baseou-se no fortalecimento do diálogo das associações com os poderes públicos. Buscou-se não só sedimentar a capacidade de influenciar nas políticas para o desenvolvimento local e sustentabilidade dos resultados. As ações se voltaram para a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, e a questão de gênero teve atenção especial. O Projeto Comunidade Viva contribuiu para o dinamismo econômico do Programa PROMETRÓPOLE I

**Danilo Cabral**  
**Secretário das Cidades do Estado de Pernambuco**



## APRESENTAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA

---

No contexto das políticas públicas para urbanização de assentamentos precários implementadas no município de Olinda, através dos Programas PROMETRÓPOLE e PAC - que investiram prioritariamente nas áreas pobres do entorno da Bacia do Rio Beberibe - foi desenvolvido pela Fundação AVSI em parceria com a ONG CDM, o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura de Olinda, com recursos da União Europeia, o Projeto Comunidade Viva. Uma experiência exitosa que consiste na integração das ações de desenvolvimento social com as de urbanização, por meio do fortalecimento da sociedade civil e da geração de trabalho e renda.

Realizado no período de 2009 a 2011, em uma das áreas de maior vulnerabilidade social de Olinda, sua metodologia fomentou as potencialidades das forças vivas locais (as organizações comunitárias) e elaborou estudos participativos que resultaram num Plano de Desenvolvimento Social, propiciando para o município não só conhecer a realidade do tecido social existente, mas permitindo que estas organizações atuassem com muito mais propriedade e objetividade no acompanhamento das obras do PAC.

Considerando os resultados do Projeto, que investiu (€ 948.081) exclusivamente em ações de desenvolvimento humano dentro da metodologia de gestão do município, as significativas contribuições do Comunidade Viva voltaram-se não apenas para o amadurecimento e incentivo à participação cidadã destas comunidades (que concentram 17% da população de Olinda), mas, sobretudo, na sustentabilidade das ações dos projetos de urbanização em desenvolvimento na Bacia do Beberibe e em todo município.

**Hilda W. Gomes**

**Secretária de Obras**

**Prefeitura Municipal de Olinda**



# ÍNDICE

---

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>05</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – CONTEXTO</b>	
1.1 O Estado de Pernambuco	14
1.2 A Região Metropolitana do Recife (RMR)	15
1.3 O Município de Olinda	16
1.4 Às Margens do Rio Beberibe – As comunidades de Varadouro, Peixinhos/ Azeitona, São Benedito/Caenga (Beberibe), Caixa d’Água e Passarinho	18
<b>CAPÍTULO II - O PROJETO</b>	
2.1 A Iniciativa	21
2.2 Arranjo Institucional	23
2.3 Atividades Desenvolvidas	24
2.4 Investimento do Projeto	51
<b>CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
3.1 Planejamento/abordagem participativa de uma macroárea	55
3.2 Fortalecimento da sociedade civil	57
3.3 Geração de trabalho e renda	59
3.4 Articulação com o setor público e a iniciativa privada	61
3.5 Lições	63
<b>ANEXOS</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>68</b>
<b>ABREVIACÕES E SIGLAS</b>	<b>71</b>



## INTRODUÇÃO

---

O crescimento do volume de recursos no Brasil para a urbanização de assentamentos informais, somado à grande experiência das instituições públicas, representa uma real oportunidade para solucionar nas próximas décadas as problemáticas relacionadas à infraestrutura urbana e ao déficit habitacional qualitativo e quantitativo. Em meio ao debate em andamento no país, a Fundação AVSI, através do Projeto Comunidade Viva, superou o binômio infraestrutura e ações de cunho social em um contexto isolado e propôs uma visão de desenvolvimento à escala de cidade, abordando os desafios ligados ao conhecimento e planejamento integrado, à participação das pessoas no projeto e às modalidades de diálogo entre Estado e sociedade. O Projeto atuou no âmbito dos programas de desenvolvimento urbano - Programas PAC e PROMETRÓPOLE - evidenciando os esforços que o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura de Olinda, junto ao Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Banco Mundial estão fazendo para as pessoas em situação de pobreza em Olinda.

O Projeto propôs uma visão de desenvolvimento baseada na valorização do patrimônio comunitário, por meio das associações locais existentes no município de Olinda, aprofundando a motivação ideal que gerou estas instituições, capacitando-as para garantir a sustentabilidade e um diálogo mais orgânico entre atores públicos locais e a sociedade civil. Essa experiência permitiu também evidenciar ao Estado que é possível gerar o desenvolvimento atuando com uma parceria sólida junto à sociedade civil, reconhecendo-a e apoiando-a na missão geradora da sua ação.

Outro âmbito de atuação do Projeto ligado ao desenvolvimento da pessoa foi a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Esta formação pode ser entendida como mera oportunidade de transferência de competências técnicas ou, conforme proposto no Projeto, como um processo educativo e emancipatório que pode gerar um fascínio pelo trabalho como capacidade de transformação da realidade.

O Projeto Comunidade Viva foi possível pela oportunidade oferecida pela União Europeia que, no âmbito do edital "Atores Não Estatais e Autoridades Locais no domínio do Desenvolvimento", viabilizou a iniciativa, realizada conjuntamente com a ONG CDM, o Governo de Pernambuco e a Prefeitura Municipal de Olinda.

A presente publicação narra a construção e execução do Projeto Comunidade Viva, bem como os principais elementos dessa experiência que podem contribuir para o debate sobre o trabalho social no âmbito de programas de urbanização de assentamentos precários no Brasil.

O primeiro capítulo contextualiza a iniciativa no Estado de Pernambuco e, em especial, na Bacia do Beberibe, município de Olinda. Na sua leitura, evidencia-se o tamanho do desafio de melhorar os indicadores de vulnerabilidade social e urbana da área, mas também os esforços que já estão sendo despendidos nessa direção.

O segundo capítulo aborda a iniciativa em si, com a apresentação das ações realizadas no fortalecimento da sociedade civil e geração de trabalho e renda, bem como a respectiva metodologia adotada. Nessa parte do texto, foram apresentados os instrumentos de conhecimento da realidade e as estratégias de implementação utilizadas, de forma que possam servir de orientação e base para iniciativas futuras.

Por fim, o terceiro capítulo parte do debate atual sobre trabalho social em assentamentos precários para apresentar os elementos de destaque do Projeto e, por conseguinte, a contribuição deste para a discussão nacional.

Parte dos dados e considerações referentes ao projeto foram extraídos do Relatório de Avaliação Final do Projeto Comunidade Viva, realizado pelo consultor Francesco di Villarosa, sendo sua utilização na presente publicação de inteira responsabilidade da equipe.

# CAPÍTULO I – CONTEXTO

---

Nos últimos cinco anos, o Brasil vem se destacando pelo crescimento econômico e hoje, em meio à crise que atingiu a Europa e os Estados Unidos, o país se mantém como a oitava economia do mundo<sup>1</sup>. Aliado ao bom desempenho na economia, o Brasil vem melhorando os indicadores sociais. A expectativa de vida mantém tendência de crescimento chegando a 73,1 anos em 2009, ante 70 em 1999; a taxa de mortalidade infantil caiu de 31,7 para 22,5 por mil nascidos vivos na mesma década. O acesso a bens e serviços também foi aprimorado: 20% dos domicílios brasileiros têm, simultaneamente, energia elétrica, telefone fixo, internet, computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar (em 2004, eram 12%)<sup>2</sup>.

Mesmo com esses avanços, a falta de acesso à infraestrutura e a moradia ainda se configuram como grandes problemáticas, especialmente nos centros urbanos. Estas se relacionam diretamente com o crescimento acelerado que vem passando as cidades, particularmente dos países em desenvolvimento. De acordo com as Nações Unidas, a partir de 2007, mais da metade da população mundial passou a viver em cidades e prevê-se que, em 2030, dois terços da população mundial viverão em centros urbanos<sup>3</sup>. Por um lado, as cidades desempenham um papel importante como provedora de emprego, moradia e serviços. São centros de desenvolvimento cultural, educacional e tecnológico e porta de acesso para o resto do mundo. Por outro, um crescimento urbano acelerado também implica degradação ambiental, escassez de serviços, sobrecarga da infraestrutura existente e falta de acesso à renda e habitação adequada.

No Brasil, 84% da sua população de 190.755.799 de habitantes já vivem em domicílios urbanos<sup>4</sup>. Na Região Nordeste onde mora mais da metade das pessoas extremamente pobres das áreas urbanas do país (8,67 milhões), a maioria vive em precárias condições de moradia<sup>5</sup>.

---

1. Fonte: Academia Nacional de Economia, disponível em: <http://academia-ane.blogspot.com/2011/02/pib-ranking-da-economia-mundial-gdp-ppp.html>, acesso em 14.09.2011.

2. Fonte: IBGE, 2010, Síntese de Indicadores Sociais.

3. Fonte: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/155399.html>, acesso em 16.08.2011.

4. Fonte: IBGE, 2010.

5. Fonte: IBGE, 2010.

## 1.1 O ESTADO DE PERNAMBUCO

Localizado no nordeste do Brasil, Pernambuco é um dos menores estados do país com uma área de 98.146,315 km<sup>2</sup>, onde se distribuem seus 185 municípios. Ocupa apenas 1,2% do território nacional<sup>6</sup>. No entanto, o mesmo não ocorre em relação à população absoluta do estado e sua densidade demográfica. Pernambuco é uma das unidades da federação mais populosas e com uma das mais altas densidades demográficas (89,63 hab/km<sup>2</sup>)<sup>7</sup>. A população de 8.796,448 habitantes é predominantemente urbana com mais de 80,1% das pessoas vivendo em cidades<sup>8</sup>.

Nas duas últimas décadas, Pernambuco recebeu grandes investimentos como o Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, no qual mais de 130 empresas estão instaladas, recebendo investimentos da ordem de US\$ 17 bilhões<sup>9</sup>. Hoje, diversos projetos estão em execução no Estado como a Transposição do Rio São Francisco (US\$ 2,94 bilhões)<sup>10</sup>, a Refinaria Abreu e Lima (US\$ 13,3 bilhões) e a fábrica da Fiat (US\$ 2 bilhões). Neste acelerado processo de desenvolvimento, o grande desafio é obter mão de obra qualificada para sustentar o crescimento e garantir a inclusão das pessoas menos favorecidas neste processo. Apesar da economia aquecida do Estado e da grande demanda que vem gerando, grande parte da população ainda vive marginalizada, com baixas condições de vida, de educação e sem condições de acesso às oportunidades existentes. Parte desta exclusão deve-se ao intenso e desordenado processo de crescimento populacional e de migração de áreas rurais para áreas urbanas, tornando os municípios incapazes de responder às demandas de redes de segurança e de serviços sociais na mesma velocidade do processo de urbanização. Formaram-se, desta maneira, diversos cinturões de pobreza nas periferias das cidades, onde oportunidades de empregos formais e habitações adequadas são escassas e inacessíveis.

CRESCIMENTO POPULACIONAL PERNAMBUCO	
ANO	POPULAÇÃO
1950	3.395.185
1960	4.138.289
1970	5.253.901
1980	6.173.753
1990	7.127.855
2000	7.918.344
2010	8.796.448

Fonte: IBGE, 2010

<sup>6</sup>Fonte: IBGE, Censo 2010.

<sup>7</sup>Ibid.

<sup>8</sup>Ibid.

<sup>9</sup>Fonte: PERNAMBUCO, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SUAPE, 2011.

<sup>10</sup>Fonte: PERNAMBUCO, [www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br), acessado em junho de 2009.



Porto de Suape

## 1.2 A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (RMR)

A Região Metropolitana do Recife (RMR) faz parte do grupo das regiões metropolitanas brasileiras que possuem população acima de três milhões de habitantes. Mesmo com cerca de 3% da área do território estadual, concentra 42% da população e mais da metade do PIB estadual. Com 14 municípios, a RMR possui 3.693.177 habitantes<sup>11</sup> em uma área de 2.773,55km<sup>2</sup><sup>12</sup>, e uma das densidades demográficas mais altas do país, 1.332 hab./km<sup>2</sup><sup>13</sup>.

A RMR apresenta grande vulnerabilidade do ponto de vista dos indicadores sociais e de serviços essenciais. Do universo da população economicamente ativa, 23,4% encontra-se desocupada<sup>14</sup>; 43% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza<sup>15</sup>; 60% dos domicílios particulares permanentes não têm serviço de saneamento; mais de 48% dos domicílios não possuem rede coletora de esgotamento sanitário e quase 60% não têm acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica<sup>16</sup>.

Mesmo diante desses desafios, evidencia-se também uma tendência de melhoria das condições de vida em Pernambuco e mais especificamente na RMR caracterizada por:

- Crescimento e formalização do emprego (entre 2009 e 2010, na RMR: aumento de 7,1% no nível de ocupação, e de 15,4% do número de assalariados com carteira assinada<sup>17</sup>);
- Aumento dos rendimentos monetários dos trabalhadores (entre 2009 e 2010, na RMR: incremento de 11,9% na renda do total dos ocupados<sup>18</sup>);
- Diminuição da violência (redução da taxa de crimes letais violentos intencionais entre 2009 e 2010, de 15,4% na RMR e de 19,9% em Olinda<sup>19</sup>).

<sup>11</sup>. Fonte: IBGE, Censo 2010.

<sup>12</sup>. Ibid.

<sup>13</sup>. Ibid.

<sup>14</sup>. Fonte: IBGE, Censo 2010.

<sup>15</sup>. IPEA, 2008

<sup>16</sup>. Fonte: IBGE, 2009, publicado em [www.bde.pe.gov.br](http://www.bde.pe.gov.br).

<sup>17</sup>. CONDEPE/FIDEM/DIEESE/Fundação SEADE, Boletim PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) n.13, Mercado do Trabalho na RMR em 2010.

<sup>18</sup>. Ibid.

<sup>19</sup>. CONDEPE/FIDEM, Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal, Criminalidade Violenta Letal Intencional, 3º Trimestre 2010, em [www.sds.pe.gov.br/estatisticas](http://www.sds.pe.gov.br/estatisticas).



- 1. PERNAMBUCO
- 2. RMR (Região Metropolitana do Recife)
- 3. RECIFE
- 4. OLINDA

### 1.3 O MUNICÍPIO DE OLINDA

Localizado na Região Nordeste do Brasil, Olinda - município costeiro do estado de Pernambuco - possui uma área de 41,659 km<sup>2</sup><sup>20</sup> e integra a RMR, localizando-se a 6 km de distância da capital pernambucana, Recife. Olinda tem uma população de 377.779 habitantes<sup>21</sup> e elevada taxa de urbanização - 98% das pessoas vivem em áreas urbanas - sendo que ¼ do município é considerado área de preservação ambiental<sup>22</sup>.

Olinda se destaca como um dos mais importantes centros culturais do Brasil, também reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Contudo, Olinda não concentra apenas as benesses de um importante patrimônio histórico e cultural. É um município com problemas de cidade grande e receita pequena. Seu PIB é de R\$ 2.383.000, quase dez vezes inferior a de sua cidade vizinha, Recife .

<sup>20</sup> Fonte: IBGE, 2005, acessado em junho de 2009.

<sup>21</sup> Fonte: IBGE, publicado em <http://www.bde.pe.gov.br>, acessado em fevereiro de 2011.

<sup>22</sup> Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2009.

<sup>23</sup> Ibid.



## 1.4 ÀS MARGENS DO RIO BEBERIBE

Fundação AVSI



18

Entre as áreas de grande vulnerabilidade social olindenses, destaca-se um conjunto de seis comunidades contíguas às margens do Rio Beberibe - Varadouro, Peixinhos e a sublocalidade de Azeitona, São Benedito/ Caenga (Beberibe), Caixa d'Água e Passarinho - que concentram 30% da população em situação de pobreza do município. Segundo os dados do Censo 2000 que justificaram a iniciativa do Projeto, nessas áreas, 68,71% dos domicílios não possuíam esgotamento sanitário adequado; 33,18% dos moradores tinham menos de 4 anos de estudo; 49,78% dos chefes de domicílio ganhavam até 1 salário mínimo; a taxa de analfabetismo entre 7 a 14 anos era de 6,6%, aumentando consideravelmente quando se refere à faixa etária a partir dos 15 anos, 14,65%, a qual é mais do dobro da média do município. Juntas somavam uma população de 62.401 habitantes, correspondente a 17% da população do município<sup>24</sup>.

<sup>24</sup>Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM (2004), Dados do IBGE (2000) por setor censitário e por Unidade de Esgotamento.

No início do século XX não havia nessas comunidades construções à beira do principal rio da região, o Beberibe, então despolido onde as pessoas pescavam, bebiam água, lavavam roupa e tomavam banho. A localidade era de mata fechada com significativas áreas verdes onde predominavam casas de taipa e palha.

O processo de urbanização das referidas comunidades se intensificou, a partir da década de 60. Aos poucos as áreas que eram formadas por mangues e Mata Atlântica foram ocupadas por pessoas vindas de toda Região Metropolitana do

Recife (RMR). Com o processo de urbanização, obras e serviços públicos começaram a se instalar, como a iluminação pública (1960), os primeiros postos de saúde (1964) e água encanada (1970)<sup>25</sup>.

Seguindo a lógica de um processo desordenado de urbanização, a região ficou demarcada pela deterioração ambiental (do Rio Beberibe e do mangue), escassez de serviços urbanos, presença de moradias precárias e baixo acesso à educação e a renda. Hoje é a área urbana da RMR onde se registra a maior concentração de assentamentos de baixa renda em áreas de risco, morros e alagados, com cerca de 7.300 habitantes/km<sup>2</sup> <sup>26</sup>.

Além das dificuldades causadas pela desorganização espacial e precária infraestrutura, observam-se a falta de segurança, a insuficiência de creches e da oferta de serviços públicos em geral.

Para enfrentar a pobreza urbana nessas áreas, o Governo de Pernambuco tem criado, nos últimos anos, iniciativas entre as quais se destacam os programas PROMETRÓPOLE e PAC<sup>27</sup>. Apenas nos últimos 4 anos (2007-2011), por parte desses dois programas, foram investidos na Bacia do Beberibe R\$ 352.437.842,25<sup>28</sup> em obras de urbanização integrada, saneamento, construção de unidades habitacionais, revestimento de contenção de encostas, canais, entre outros.

O PROMETRÓPOLE consiste em um programa do Governo do Estado de Pernambuco, atualmente inserido nas ações da Secretaria das Cidades (SECID). A Unidade Técnica do Programa (UT – PROMETRÓPOLE) é responsável pela execução das intervenções. Como coexecutores, tem-se a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) e as Prefeituras de Recife e Olinda, cujas ações são coordenadas pelas respectivas Unidades Executoras Municipais (UEM).



<sup>25</sup> Fonte: AVSI, 2009. Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP).

<sup>26</sup> Fonte: PERNAMBUCO, 2011 "PROMETRÓPOLE".

<sup>27</sup> O PAC é um programa do Governo Federal voltado, prioritariamente, para implantação de infraestrutura urbana, abrangendo saneamento, habitação,

transporte e energia, com orçamento de R\$ 503,9 bilhões para todo o território brasileiro e período de execução entre 2007-2011.

<sup>28</sup> Prefeitura Municipal de Olinda, 2011.

O Programa atua em 14 áreas denominadas Unidades de Esgotamento (UE)<sup>29</sup>, inseridas na Bacia do Rio Beberibe, onde se concentram comunidades com o maior índice de pobreza da RMR. O Programa tem o objetivo de promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário dessas áreas, contribuindo para a redução da pobreza e para a melhoria da qualidade ambiental da RMR. O Programa beneficiou, até 2011, aproximadamente 35.000 famílias (cerca de 154.000 pessoas), em comunidades pobres inseridas na Bacia do Rio Beberibe, nos municípios de Recife e Olinda. Iniciado em 2003, o Programa tem seu término previsto para o ano de 2012, com orçamento de US\$ 120,3 milhões, dos quais, US\$ 46 milhões são referentes ao empréstimo do Banco Mundial e, o restante, à contrapartida do Governo do Estado de Pernambuco (US\$ 47,6 milhões) e das Prefeituras de Recife (US\$ 16,1 milhões) e de Olinda (US\$ 10,6 milhões). No caso desta última, a contrapartida se dá, também, por meio de recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

A limitação de recursos ocasionada pela variação cambial e desvalorização da moeda fez com que o Governo do Estado de Pernambuco e os municípios de Recife e Olinda reduzissem o escopo das obras do PROMETRÓPOLE e buscassem fontes alternativas à execução de seus projetos. Entre as fontes alternativas, destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A limitação orçamentária também se refletiu na redução dos recursos destinados ao componente de desenvolvimento social do programa. O Governo de Pernambuco, conhecendo a experiência de programas de redução da pobreza urbana da Fundação AVSI em colaboração com a Cooperação Italiana e a Aliança de Cidades, organizou junto àquela uma modalidade de colaboração, dando início a uma experiência piloto no Estado. Essa parceria, juntamente com a Prefeitura Municipal de Olinda, foi concretizada por meio do Projeto de Redução de Pobreza das Áreas Urbanas Carentes do Município de Olinda, denominado Projeto Comunidade Viva: A Pessoa no Centro do Desenvolvimento, objeto do próximo capítulo.

Passarinho / Prefeitura de Olinda



Canal da Malária - antes

Passarinho / Prefeitura de Olinda



Canal da Malária - depois

<sup>29</sup> Entende-se como Unidade de Esgotamento uma área contínua formando uma única sub-bacia de coleta de esgotos e de drenagem, permitindo soluções lógicas e integradas do ponto de vista de infraestrutura urbana e de melhorias ambientais potencializáveis.

# CAPÍTULO II – O PROJETO

---

## 2.1 A INICIATIVA

O Projeto Comunidade Viva teve como objetivo geral contribuir para a redução da pobreza urbana e da vulnerabilidade social dos moradores do município de Olinda, no Estado de Pernambuco. Com arco temporal de dois anos e meio (2009-2011), atuou nas seis comunidades de maior índice de pobreza do município, Passarinho, Caixa d'Água, Beberibe, Peixinhos, Azeitona e Varadouro (62.508 habitantes). Nestas comunidades, desde 2007, estavam sendo realizadas ações de urbanização e infraestrutura e trabalho social de apoio às intervenções físicas do PROMETRÓPOLE e PAC.

Com o intuito de integrar estas iniciativas, contribuindo para o desenvolvimento da população desse território, nasce o Projeto Comunidade Viva com a perspectiva de atuar em escala de cidade, mediante um olhar integrado (urbano e social).

As ações do Projeto se concentraram no conhecimento e planejamento participativo de uma macroárea e na realização de ações estratégicas de cunho social voltadas para o fortalecimento e participação da sociedade civil organizada e do diálogo desta com o poder público. Ademais, o Projeto atuou para a melhoria dos indicadores de trabalho e renda de jovens e adultos.

Fruto de uma iniciativa da Fundação AVSI – requerente do mesmo - e de sua parceira local CDM apoiada pela União Europeia, o Projeto teve ainda como associados o Governo de Pernambuco e a Prefeitura Municipal de Olinda, somando um investimento de € 948.081 (R\$2.330.668). A inserção do Projeto no âmbito da cooperação internacional ao desenvolvimento viabilizou um montante superior ao normalmente destinado para componentes desta natureza em projetos de urbanização de assentamentos precários.

Mesmo se tratando de uma intervenção com ações definidas e de alcance limitado, essa iniciativa também representou um laboratório para projetos similares de desenvolvimento integrado, por conta de algumas peculiaridades que o caracterizaram:

- O Projeto experimentou uma metodologia de atuação focada não somente na formação profissional, mas especialmente na inserção no mercado de trabalho formal, visando à sustentabilidade das ações;
- Investiu no fortalecimento da sociedade civil, apostando no protagonismo das associações locais, no diálogo com o poder público e na ampliação dos serviços por elas prestados à população;
- Baseou-se i) na participação comunitária, através do envolvimento direto e sistemático das associações locais; ii) na inclusão de parceiros públicos nas tomadas de decisão, com envolvimento ativo e direto (participação nos encontros, reuniões, contrapartida orçamentária); e iii) na utilização de uma metodologia proposta pela AVSI, que incluía uma presença no território e o contato permanente com os stakeholders (inclusive com instalação escritório local, equipe exclusiva dedicada às atividades e às relações institucionais do Projeto), fortalecendo, desta forma, os resultados e a sustentabilidade das ações.



## 2.2 ARRANJO INSTITUCIONAL

O Projeto foi viabilizado através de um convênio entre a Fundação AVSI, a CDM, o Governo de Estado de Pernambuco e o Município de Olinda. O acordo permitiu integrar à doação da União Europeia €702.534 (correspondente a 75% do valor total do Projeto) um valor de contrapartida correspondente a € 245.546 (25%) pelos demais parceiros: Governo de Pernambuco, 11%; AVSI, 9% e CDM, 5%.

Para garantir uma real corresponsabilidade entre os atores institucionais durante a execução e monitoramento das ações, foi constituído um Comitê Gestor. Integraram neste Comitê, técnicos das instituições parceiras com o objetivo de fornecer orientação e subsídios para ações em curso e futuras, bem como de avaliar seus avanços. Os órgãos públicos do Comitê também contribuíram na concepção da iniciativa e na articulação com outros entes públicos e privados, tendo disponibilizado ainda técnicos que acompanharam todas as ações. Além do envolvimento direto nas atividades do Comunidade Viva, o governo do estado cedeu o escritório local ocupado pela equipe técnica do Projeto.

Além disso, foram criados mecanismos de diálogo e de participação através de encontros periódicos do Comitê Gestor com representações da sociedade civil, a fim de que estas pudessem influenciar diretamente a definição, a execução e o monitoramento das ações do Projeto.

### ARRANJO OPERATIVO DO PROJETO COMUNIDADE VIVA.



## 2.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 2.3.1 CONHECIMENTO DA REALIDADE E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DAS AÇÕES

Após a instalação da equipe em um escritório localizado na área de intervenção, a primeira etapa do trabalho foi destinada a conhecer as particularidades do território por meio de uma leitura participativa com os próprios moradores e a planejar as ações do Projeto. Para isso, foram realizados três grandes estudos - Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), Pesquisa das Associações da Sociedade Civil e Estudo das Demandas do Mercado de Trabalho Local e da Região Metropolitana do Recife e, a partir destes, o Plano de Desenvolvimento Social Participativo para toda a área de intervenção.

#### 2.3.1.1 DIAGNÓSTICO RÁPIDO URBANO PARTICIPATIVO (DRUP)

24

O DRUP, realizado por meio da coleta de dados secundários e primários (coletados na comunidade), em um prazo de três meses, permitiu identificar conjuntamente os principais aspectos socioeconômicos e necessidades prioritárias da Região. A metodologia deste diagnóstico integrou diversas fontes de informações, visando aproveitar os dados existentes e relevantes (como outros DRUPs, Planos de Desenvolvimento, pesquisas censitárias e amostrais já realizadas na área), evitando duplicações e produzindo novos dados em campo quando oportuno. Valorizando o conhecimento, a participação local e partindo de uma presença direta na área, foram realizadas oficinas com lideranças comunitárias e diversas entrevistas com informantes-chaves da comunidade, focadas sobre os temas de maior relevância para o Projeto: capital social, trabalho e renda. Além disso, o DRUP incluiu caminhadas, orientadas por mapas, com técnicos e moradores, para identificar os diversos tipos de assentamentos habitacionais existentes e, sobretudo, os bolsões de maior pobreza.

O DRUP permitiu ainda identificar os principais serviços governamentais oferecidos e as necessidades de serviços públicos apontadas pelos moradores. Destaca-se, inclusive, como contribuição direta do Projeto para o governo, a elaboração de um mapa georreferenciado dos equipamentos públicos da área, uma vez que o instrumento não existia para a região em questão. Finalmente, as demandas identificadas que não puderam ser atendidas diretamente pelo Projeto serviram para orientar a elaboração das ações estratégicas de articulação para busca de novos recursos a serem futuramente agregados.



**DRUP**

- Caracterização geral da área;
- Histórico da ocupação da região e micro-áreas;
- Caracterização do ambiente e tipos de ocupação;
- Características socioeconômicas;
- Mapeamento dos bolsões de pobreza;
- Prioridades expressadas pela comunidade em termos de intervenções solicitadas;
- Identificação de equipamentos e programas públicos instalados;
- Mapas georreferenciados e fotos.

### 2.3.1.2 PESQUISA DAS ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Tendo como um dos objetivos específicos do Projeto o fortalecimento de organizações da sociedade civil, outro estudo realizado foi o mapeamento/pesquisa das entidades comunitárias presentes no território. A pesquisa compreendeu um trabalho de campo de quatro meses, no qual foram aplicados questionários estruturados junto a 86 instituições de diversas naturezas: reivindicatória, religiosa, cultural, artística, esportiva e educativa. Anterior à aplicação dos questionários, foram promovidos pelos associados do Projeto (Prefeitura Municipal de Olinda e Governo do Estado de Pernambuco/PROMETRÓPOLE), que já estavam presentes no território, encontros com a comunidade e representantes de entidades, para exposição da iniciativa. Nestes momentos, foram feitos os primeiros contatos com respectivos agendamentos de entrevistas com as associações existentes na área.

A partir das entrevistas com as entidades contatadas, novas indicações eram feitas pelos entrevistados, o que ampliava o banco de dados da pesquisa a ser realizada. Essa forma de atuação se baseia no reconhecimento das instituições presentes na área a partir da validação da própria sociedade civil atuante no território. Também se recorreu a listagens do Conselho Municipal de Assistência Social (CMASO) e da Associação Amigos do Nascidouro (AAN)<sup>30</sup>. O questionário aplicado continha itens que visavam à coleta de informações relacionadas tanto às características das entidades, quanto às suas relações de parceria com o poder público e atores privados. É importante registrar que a aplicação do mesmo durava, em média, duas horas. Esses encontros, sempre com os responsáveis da instituição, ocorriam nas próprias sedes. Foram consideradas entidades grupos, associações, fundações, OSCIPs, cooperativas, instituições religiosas existentes na área do Projeto, formalizadas ou não. Das 86 organizações, 64 estavam desenvolvendo projetos.



<sup>30</sup> A AAN é um grupo formado por organizações do bairro de Peixinhos, nascido na década de 90, que tem como objetivo o fomento da gestão cultural compartilhada, dando atenção especial ao equipamento público, Nascidouro, antigo Matadouro de Peixinhos que fora transformado num espaço de atividades sociais e culturais.



### 2.3.1.3 ESTUDO DAS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO LOCAL E DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

27

Tendo como outro de seus objetivos a melhoria dos indicadores de trabalho e renda na poligonal de intervenção, o Projeto desenvolveu uma pesquisa para o conhecimento das demandas do mercado de trabalho. Realizado durante cinco meses, o estudo teve como objetivo identificar a demanda do mercado no município de Olinda e na Região Metropolitana do Recife (RMR), considerando o perfil educacional dos jovens e adultos da poligonal do projeto para que estes fossem mais facilmente inseridos no mercado de trabalho formal. O estudo compreendeu: i) panorama do mercado de trabalho na RMR, incluindo a inserção da mulher, além de apresentar os setores na região que mais empregam e ii) pesquisa primária<sup>31</sup> realizada com grupos comunitários da área de intervenção do Projeto, combinando os dados levantados com dados secundários<sup>32</sup> e com as demandas apontadas pelo mercado de trabalho.

A partir da compatibilização dos dados secundários com a demanda da comunidade, da oferta dos cursos na RMR e do perfil dos moradores da poligonal, chegou-se às seguintes indicações:

<sup>31</sup>. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes de organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias, agentes de educação e saúde, além de reuniões com Ministério do Trabalho e Agência do Trabalho, Serviços Nacionais de Aprendizagem da Indústria (SENAI) e do Comércio (SENAC), a Secretaria Estadual de Turismo e com o Porto Digital.

<sup>32</sup>. Para a coleta de dados secundários foram utilizados como fonte de pesquisa os seguintes órgãos: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) - mensalmente o IBGE lança informações sobre demanda de mercado; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - divulga o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED).

- JOVENS - Para a formação no âmbito da Aprendizagem, seria possível investir nos setores de turismo e da construção civil, por conta da existência de entidades formadoras de aprendizes habilitadas. Neste caso, optou-se pela Construção Civil devido à maior demanda do mercado de trabalho na contratação dos jovens.

- ADULTOS - Para a qualificação dos adultos, constatou-se também uma grande vocação para a área de construção civil, além de entidades formadoras que atendessem as exigências legais e a demanda do mercado por mão de obra qualificada. Ao lado desse setor, foram identificadas as seguintes áreas: alimentos, construção civil, têxtil e turismo em meios de hospedagem (camareira).



### 2.3.1.4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARTICIPATIVO

Os estudos realizados subsidiaram a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social Participativo, documento contendo análise da macroárea do Projeto, com 62 mil habitantes, com enfoque nas condições socioeconômicas e de urbanização, no tecido social existente e no mercado de trabalho da RMR. O Plano traçou de forma detalhada as ações a serem desenvolvidas para a melhoria da região, das quais parte delas foi financiada pela União Europeia e outras a serem agregadas por meio de novas parcerias e financiamentos públicos e privados.

Os recursos da União Europeia foram destinados a ações de conhecimento e planejamento do território, fortalecimento da sociedade civil e geração de trabalho e renda, objetos desta publicação. Ademais, foi preparada uma proposição de futuras intervenções do poder público, nas áreas de educação, saúde, trabalho, educação profissional, assistência social e segurança, com respectiva estimativa de orçamento, de forma que o governo pudesse ter um instrumento de planejamento em um único documento.

O resultado do trabalho foi apresentado e discutido detalhadamente com associações locais em encontros técnicos que contaram com a presença de representantes do poder público e de mais de 70 organizações da sociedade civil. De forma ativa, os participantes debateram o conteúdo, apresentando críticas e sugestões incorporadas ao Projeto pela equipe técnica e pelos parceiros. Além disso, a equipe recebeu no escritório de campo entidades e moradores que gostariam de pedir algum esclarecimento ou fazer alguma sugestão para o Plano.

Fundação AVSI



Fundação AVSI



Fundação AVSI



## 2.3.2 - FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

A sociedade nasce com a livre agregação de pessoas e famílias. Portanto, promover o desenvolvimento social significa também favorecer a capacidade associativa, ou seja, reconhecer, valorizar e estimular a constituição de organizações e de um tecido social rico em participação e em corresponsabilidade. O direito de cada pessoa à liberdade de associação e de iniciativa se revela uma poderosa força de mudança.

O fortalecimento das entidades da sociedade civil (ou, como se compreende no âmbito da metodologia da AVSI, “corpos intermediários”, entidades situadas entre o indivíduo e o Estado) defendido pelo Projeto decorre do primado da pessoa. Tais entidades expressam a liberdade das pessoas de se associarem e de, movidas pelo ideal do bem comum, reunirem valores e recursos para enfrentar as necessidades, ao mesmo tempo em que buscam realização e emancipação pessoal e social.

É impossível promover a dignidade da pessoa sem que se cuide da família, dos grupos, das associações, das realidades territoriais locais, em outras palavras, daquelas expressões agregadoras de tipo econômico, social, cultural, desportivo, recreativo, profissional, político, às quais as pessoas dão vida espontaneamente e que lhes tornam possível um efetivo crescimento social.

30

Ademais, de forma geral, podemos afirmar que essas organizações trazem consigo: a) vivência local, que permite uma leitura das necessidades e da realidade mais próxima do que um ente externo obteria; b) atitude de responsabilidade, uma vez que têm seus integrantes envolvidos na ação, o que favorece um compromisso real com a sua comunidade; c) legitimidade comunitária, pois seus representantes terminam por exercer, graças aos serviços que oferecem à população, a representação de pessoas e famílias da localidade; d) sustentabilidade da ação, pois já se encontravam antes do Projeto e muito provavelmente continuarão após sua conclusão, dando continuidade às atividades realizadas; e) alcance da população presente no território e escala das ações.

Assim, o Projeto optou por ações de fortalecimento das organizações da sociedade civil, considerando estas como as protagonistas do desenvolvimento. Desta forma, foram realizadas ações de formação e apoio direto as suas atividades.

**O Projeto Comunidade Viva trabalhou com 86 organizações comunitárias que juntas beneficiavam diretamente mais de 10 mil pessoas (16% do universo da população da área do projeto)<sup>33</sup>.**

---

<sup>33</sup> Dados extraídos da pesquisa de campo realizada junto às entidades pela equipe técnica do projeto, em 2009.

### 2.3.2.1 CURSO EM DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM FOCO NA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Os principais problemas enfrentados pelas organizações da sociedade civil referem-se à ausência de recursos, em especial, financeiros, a baixa capacidade técnica gerencial para administrar os poucos recursos que possuem, além da dificuldade de mobilizar recursos e de se formalizarem - 32% do universo pesquisado não possuíam CNPJ (AVSI, 2009). Frente a esta realidade, foi pensada uma formação que pudesse colaborar com o desenvolvimento institucional das entidades. A formação foi composta não apenas por informações teóricas, mas também por uma assessoria técnica, a fim de auxiliar as organizações para que o conhecimento disseminado na etapa teórica fosse realmente incorporado no seu cotidiano. A formação durou 10 meses, sendo dois de oficinas teóricas (com duração de 52h) e assessoria, durante 8 meses. A proposta pedagógica das oficinas teóricas foi desenvolvida com a colaboração da Aliança Interage<sup>34</sup>, junto ao Instituto Sumaúma<sup>35</sup>, executor da formação.

Participaram da formação 90 representantes de 83 organizações da sociedade civil. Além das organizações da área do projeto, foram disponibilizadas vagas para membros do Fórum de Entidades da Sociedade Civil de Olinda (FESCO), Conselhos Municipais de Assistência Social e da Criança e do Adolescente e do Comitê de Desenvolvimento Local<sup>36</sup>. Essa composição visou promover a aproximação das organizações da área entre si e fortalecer os espaços de diálogo entre poder público e sociedade civil, aproximando os conselhos municipais das problemáticas da área de intervenção e atraindo as organizações locais para integrar-se aos conselhos.

Os principais resultados dessa atividade apontados por uma consultoria externa<sup>37</sup> e serão sintetizados a seguir:

#### **(a) Avaliações do curso em Desenvolvimento Institucional (DI)**

Um resultado importante foi uma maior conscientização quanto à missão e visão da entidade por parte dos seus representantes. Conforme depoimentos, eles aprenderam a “ver a organização de fora para dentro, questionando a qualidade, legitimidade, direcionamento, capacidade, motivação, visibilidade, a relação com a sociedade, as pessoas, a questão dos recursos e da gestão com sustentabilidade e saúde financeira”. Além disso, a formação em DI ajudou as entidades a enxergarem suas potencialidades e entenderem o sentido do seu trabalho; a explicitar sua identidade e missão; a distinguir o sentido da

<sup>34</sup> A Aliança Interage é uma organização sem fins lucrativos que há dez anos colabora com o desenvolvimento sustentável do Nordeste com enfoque na mobilização de recursos e nas alianças entre institutos privados e organizações do terceiro setor ([www.interage.org.br](http://www.interage.org.br)).

<sup>35</sup> O Instituto Sumaúma é uma organização que desde 2001 trabalha com organizações comunitárias visando o desenvolvimento institucional das mesmas ([www.institutosumauma.org.br](http://www.institutosumauma.org.br)).

<sup>36</sup> Os Comitês de Desenvolvimento Local (CDLA) são instâncias de participação criadas pelo programa PROMETRÓPOLE para participar e acompanhar o andamento das obras de infraestrutura e urbanização que estão acontecendo às margens do Rio Beberibe em Olinda.

<sup>37</sup> Relatório de Avaliação Final do Projeto Comunidade Viva realizado pelo consultor Francesco di Villarosa.

atuação continuada e não pontual.

Em geral, o curso deveria ser mais extenso para contemplar o aprofundamento dos temas relativos a orçamento, em geral, difíceis para as entidades. O limitado domínio da tecnologia da informação (computador, internet) também foi uma dificuldade manifestada, e deveria ter sido previamente reforçado. A necessidade de formalização apresenta desafios às entidades, principalmente no que diz respeito aos parâmetros legais, estatuto, regimento interno, a própria formação da diretoria, à mobilização da comunidade e conscientização do papel da diretoria, com base nos objetivos da instituição.

### **(b) Avaliações dos efeitos do curso em DI e sucessivo acompanhamento**

Um primeiro resultado positivo, mencionado por algumas entidades participantes, refere-se à capacidade de elaborar projetos e captar recursos. Algumas entidades se consideram prontas e já estão concorrendo em editais públicos ou privados de apoio a projetos sociais. Outras acreditam estar pelo menos capacitadas a avaliar criticamente propostas para financiamentos, mas acham que ainda necessitam de suporte externo para a elaboração de novas propostas. Em geral, um resultado importante é a adoção da postura de que não se deve “ficar só esperando a ajuda do governo”, mas que é possível e necessária uma atitude proativa para buscar recursos.

Diante disso, melhorou também o conhecimento a respeito dos aspectos financeiros – mesmo que a capacidade de geri-los adequadamente possa, em alguns casos, necessitar de mais reforço. Um exemplo citado aponta a melhoria na capacidade de decidir quando podem ser efetuadas compras, de acordo com o fluxo de caixa.

Outro aspecto no qual houve avanços se refere à gestão das questões fiscais e especialmente dos encargos sociais – que normalmente não eram computados nos gastos da organização. Houve aprendizagem também no entendimento e capacidade de busca dos documentos e certidões das entidades para sua formalização. Entretanto, ficou claro que muitas entidades não se formalizam porque não possuem recursos para isso.

Foram mencionadas melhorias em geral na gestão das entidades, com olhar diferenciado para cada setor; no maior envolvimento dos colaboradores nas decisões e na regularização das entidades. Por outro lado, avalia-se que o aumento do nível de participação dos colaboradores das entidades precisa ser aprofundado, o que requer um trabalho de longo prazo, extrapolando o arco temporal do Projeto.





## 2.3.2.2 ENCONTROS FORMATIVOS COM A SOCIEDADE CIVIL E O PODER PÚBLICO

Visando o amadurecimento político-institucional e com o conhecimento prévio de alguns temas que mobilizavam as organizações da sociedade civil, foram realizados sete encontros formativos com as temáticas definidas pelas próprias entidades. A metodologia dos encontros priorizou a realização de palestras expositivas e interativas. Por vezes, os facilitadores utilizaram dinâmicas e apresentações para introduzir a temática em foco, garantindo a reflexão e a discussão coletiva com o público participante.

### **Temáticas dos Encontros Formativos escolhidos por representantes da sociedade civil**

- 1) Tecido social de entidades da sociedade civil de Olinda;
- 2) Contexto da sociedade civil organizada e rede social;
- 3) Gestão ambiental da Bacia do Beberibe;
- 4) Turismo sustentável;
- 5) Conceito e funções dos conselhos;
- 6) Gênero e igualdade racial;
- 7) Políticas sociais: um olhar sobre o Bolsa Família.

### **Resultados alcançados**

- 07 encontros realizados;
- 39 organizações da sociedade civil participantes;
- 05 secretarias estaduais;
- 03 secretarias municipais envolvidas;
- Total de participantes dos encontros: 225 pessoas.

De acordo com os depoimentos dos representantes das entidades, os principais resultados dos encontros foram os seguintes:

- Aprendizagem e diálogo – informações foram levadas às comunidades;
- Esclarecimento de dúvidas junto ao setor público.

Por outro lado, faltou participação qualificada em certos momentos. Isso pôde ser verificado no último encontro (Políticas sociais: um olhar sobre o Bolsa Família) em que o poder público compareceu em massa, mas a comunidade não. De acordo com as opiniões das próprias entidades, a comunidade é mais

presente para reivindicar do que para construir propostas – alegaram que o poder público se abriu e a comunidade não estava pronta.

Fundação AVSI



35

Fundação AVSI



### 2.3.2.3 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DA SOCIEDADE CIVIL

A ação de financiar projetos da sociedade civil é considerada estratégica e sustentável por valorizar o trabalho de entidades locais, gerando um grande impacto na comunidade, mesmo com poucos recursos financeiros. O Projeto Comunidade Viva buscou apoiar e potencializar iniciativas já existentes, implementadas pelas próprias organizações, sendo este um mecanismo simples e de baixo custo. No caso do Projeto em Olinda foram financiadas seis iniciativas de até R\$ 30 mil cada uma.

O financiamento foi realizado por meio de um processo seletivo aberto às 86 entidades pesquisadas e àquelas cujos beneficiários fossem da área de intervenção. O edital de financiamento foi voltado para organizações formalizadas (pelo menos com estatuto e CNPJ). Porém, uma vez que muitas não possuíam essas documentações, o edital favoreceu a inscrição de projetos em rede. Os projetos inscritos poderiam ser nas áreas de Arte e cultura; Assistência social e família; Comunicação e informação; Educação; Educação ambiental; Esportes e lazer; Geração de trabalho e renda e Saúde, com duração de até seis meses e a maior parte dos beneficiários composta por mulheres.





O Projeto reformou e apoiou instituição comunitária que desenvolve trabalho com idosos.

A ação foi divulgada nas reuniões comunitárias e o edital publicado no site do Projeto. Com o objetivo de realizar a análise técnica das propostas, foi elaborado um quadro de variáveis utilizado por uma comissão - formada por representantes da AVSI, Secretaria Executiva de Obras de Olinda e Governo de Pernambuco/ Programa PROMETRÓPOLE, sendo observados aspectos de sustentabilidade, inovação, impacto social da proposta, estrutura física disponível e número de beneficiários. Houve 16 propostas inscritas de 30 entidades. O anúncio das organizações contempladas foi feito em um evento aberto a todas as organizações da sociedade civil no qual seis projetos foram aprovados.

Cinco entidades executaram por completo todas as atividades previstas e cumpriram as regras do edital. Antes do início das atividades dos projetos selecionados, a equipe técnica do Projeto prestou assessoria individual e coletiva permanente, junto com o Instituto Sumaúma, para que as organizações construíssem o marco lógico e o plano operativo de seus projetos.

Tendo em vista que, para a maioria das entidades selecionadas este era o primeiro financiamento recebido, durante todo o período de execução, a equipe técnica orientou as organizações sobre procedimentos de utilização dos recursos, cronograma da transferência das parcelas, processo de aquisição de bens e serviços, contratação de pessoal, apoio e monitoramento à realização das atividades e elaboração da prestação de contas, principal fragilidade apresentada.

## PROJETOS SOCIAIS FINANCIADOS

PROJETO	ENTIDADE EXECUTORA	BENEFICIÁRIOS
<p><b>Mulheres em Movimento</b>  <b>Foco:</b> Geração de Renda  <b>Objetivo:</b> Capacitar jovens na atividade de customização de roupas e acessórios para proporcionar sua renda individual e familiar.</p>	<p>Associação Espírita Cultural Ilê Axé Oyá Egum  Apresentado em rede com a Creche e Vida Ponte Preta.</p>	<p>40 adolescentes e jovens, sendo 100% mulheres.</p>
<p><b>Espaço 3º Idade em Ação</b>  <b>Foco:</b> Saúde  <b>Objetivo:</b> Proporcionar à população idosa de baixa renda do bairro de Peixinhos e adjacências um espaço devidamente adaptado, oferecendo, de forma pioneira, fisioterapia e terapia ocupacional.</p>	<p>Associação Nossa Voz em Ação.</p>	<p>147 pessoas idosas, sendo 60% mulheres.</p>
<p><b>Semanas culturais – por uma política de desenvolvimento</b>  <b>Foco:</b> Gestão Cultural  <b>Objetivo:</b> Fortalecer a capacidade de articulação dos grupos, entidades e artistas de Peixinhos para promoção do desenvolvimento local com foco na gestão cultural.</p>	<p>Centro de estudos e apoio às escolas das comunidades – CEAEC - Apresentado em rede com a Associação Amigos do Nascedouro – AAN; Grupo de Saúde Condor e Cabo-Gato; Associação de Moradores e Amigos de Peixinhos – AMAP; Peixearte; Instituto Lua Clara; Associação Cultural Nação Mulambo e Juventude feminista de Peixinhos.</p>	<p>Diretos: 60 adolescentes e jovens;  Indiretos: 100 (lideranças; educadores/as; artistas; bandas).</p>

PROJETO	ENTIDADE EXECUTORA	BENEFICIÁRIOS
<p><b>Biblioteca Comunitária Brasileirinhos</b>  <b>Foco:</b> Educação  <b>Objetivo:</b> Promover a leitura junto aos moradores do Varadouro, garantindo acesso ao livro e inclusão digital de forma educativa, explorando a criatividade e a capacidade de assimilar informações e interagir com a sociedade.</p>	<p>Creche Brasileirinhos;   Apresentado em rede com o Grupo de Mães Unidas Venceremos.</p>	<p>40 crianças e adolescentes.</p>
<p><b>Alimentando o Corpo e a Mente</b>  <b>Foco:</b> Educação e Cultura AFRO  <b>Objetivo:</b> Contribuir para a inclusão de crianças, jovens, adultos e idosos do Quilombo de Xambá na conscientização para a leitura e o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras, valorizando a cultura afro (culinária, história).</p>	<p>Organização religiosa africana Santa Bárbara - Nação Xambá.</p>	<p>Diretos: 15 crianças e adolescentes; 20 adultos, sendo 80% de mulheres;   Indiretos: 100 moradores da comunidade.</p>

**“Foi de grande importância este projeto na nossa associação e para a comunidade. Adquiri experiência em contabilidade e na área tributária. É muita alegria saber que estas jovens tiveram o que aprender e fazer, aproveitando este tempo longe das drogas e dos programas (refere-se à exploração sexual)”. Ivon Carlos – Associação Espírita Cultural Ile Axé OyaEgum – Projeto Mulheres em Movimento.**

**“A Associação apresentou diversas dificuldades em virtude da falta de experiência, contudo, em todas elas, encontramos na equipe do Projeto Comunidade Viva o apoio e orientação necessários para o nosso desenvolvimento institucional e profissional. Todos os cuidados e exigências fortaleceram o padrão de excelência em nossas atividades. Seremos sempre muito gratos por terem acreditado em nossa instituição”. Conceição da Silva – Associação Nossa Voz em Ação – Projeto 3ª Idade em Ação.**

Integrando as impressões da equipe do Projeto com os depoimentos dos representantes, obtêm-se os seguintes resultados e impactos nas organizações beneficiadas:

- A regularização (ou atualização da documentação) da constituição formal das seis organizações conveniadas era condição para receber o financiamento, o que terminou por valorizar esse componente entre as organizações;
- Melhorias na estrutura física, por meio de reformas ou reparos; aquisição de equipamentos eletrônicos, computadores, móveis, material didático;
- Melhora na prestação de contas, na capacidade de elaboração de projetos e no uso do marco lógico como instrumento para nortear a gestão. Três das seis entidades afirmam ter tido avanços na gestão financeira;
- Aumento da visibilidade institucional das entidades, refletida em articulações com o setor público e/ou com ONGs, e no maior reconhecimento pela comunidade. Concretamente, três das seis entidades conseguiram assinar convênios para novos recursos e financiamentos para novos projetos, além da manutenção dos atuais;
- Contratação de recursos humanos seguindo a legislação trabalhista, cumprindo com o recolhimento de impostos e taxas para aquisição de bens e serviços;
- Em alguns casos, uma ampliação e/ou melhor qualificação dos serviços ao público. Especificamente, os principais resultados concretos foram: (i) a reabertura de uma creche com ampliação quantitativa e qualitativa do atendimento (aquisição de novos equipamentos, profissionais qualificados, alimentação adequada); (ii) o atendimento a idosos (fisioterapia e terapia educacional – com recuperação física, da autoestima, das relações sociais, e maior sentido de independência dos idosos) que antes não existia. É importante aqui observar que o custo desses serviços foi assumido pelos idosos beneficiados após a conclusão do financiamento pelo Projeto; (iii) a redução do índice de ociosidade de adolescentes mulheres vítimas de exploração sexual.

### **Resultados alcançados**

- 06 projetos de organizações da sociedade civil financiadas;
- Valor investido: R\$ 170.000,00;
- Nº de beneficiários diretos e indiretos dos projetos financiados: 722.

## 2.3.2.4 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Ainda como parte das ações de fortalecimento das organizações da sociedade civil e visando potencializar os serviços destas à comunidade, três sedes de associações foram reformadas. Essa foi uma ação executada e financiada diretamente pelo Governo de Pernambuco, que, na condição de associado do Projeto, comprometeu-se com uma contrapartida financeira de R\$ 228 mil destinados à reforma. A definição dos equipamentos comunitários a serem beneficiados com a reforma ocorreu mediante processo seletivo, tendo como base um edital elaborado especificamente para esta ação.

Por tratar-se de um investimento realizado com recursos públicos, o fator prioritário de classificação tornou-se a apresentação de documentos exigidos pelo Estado<sup>38</sup> para ações de tal natureza.

A maior dificuldade enfrentada pelas organizações que manifestaram interesse em participar referia-se à documentação exigida, tendo em vista que muitas delas não eram regularizadas e/ou não possuíam a escritura do imóvel, pois grande parte está situada em área irregular.

No período de cinco meses, três editais de seleção foram lançados, sendo um deles voltado especificamente para creches comunitárias, tendo em vista a grande defasagem destes equipamentos apontada no Plano de Desenvolvimento Social Participativo<sup>39</sup>. Após conclusão do processo seletivo, que contemplou três organizações comunitárias, foram realizadas pela equipe do Governo do Estado e da AVSI visitas técnicas, acompanhadas também por arquitetos e engenheiros, a fim de se construir um projeto de reforma participativo adequado às necessidades da instituição e ao orçamento disponível.

### SEDES DE ENTIDADES REFORMADAS

#### Organização

• Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças (GCASC) - existe desde 1987.

• Associação de Moradores de Caixa d'Água (ASMOCAD) – existe desde 1986.

• Centro Educativo Mont'Alverne (CEMA) – existe desde 1979.

#### Atividades que executa

Atividades nas áreas de educação, cultura, esportes e lazer e meio ambiente.

Cursos para jovens, doação de mantimentos, reforço escolar e oficinas de artesanato.

Creche.

#### Beneficiários

255 crianças, jovens e famílias.

230 adolescentes, jovens e adultos.

257 crianças entre 04 meses a 06 anos.

<sup>38</sup> Os documentos exigidos foram: a) Estatuto Social comprobatório da constituição regular e formal da associação, com registro em cartório, e última ata de diretoria atualizada; b) CNPJ regularizado e com endereço da entidade atualizado; c) Documentação pessoal do (s) representante (s) atuais (Identidade e CPF); d) Escritura pública registrada em Cartório de Registro de Imóveis, ou Contrato de Cessão de Domínio Útil, ou Contrato de Comodato com a Administração Pública de qualquer dos três níveis de governo; e) Certidões negativas de débitos perante o FGTS e o INSS, e os Tesouros Municipal, Estadual e Federal; f) Comprovações de inscrições em conselhos ou organismos afins, públicos e privados (se houver); g) Declarações do representante legal, com firmas reconhecidas, quanto à: g.1) Inexistência, dentre os seus proprietários, controladores ou diretores, ou, seus respectivos cônjuges, companheiros ou filhos, de membros dos Poderes Legislativo e Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; g.2) Não utilização de mão de obra de menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.

<sup>39</sup> Na poligonal de intervenção do Projeto Comunidade Viva a população de 0 a 6 anos é de 8700 crianças. O DRUP identificou sete creches que ao todo beneficiam cerca de 1120 crianças. Além da defasagem, a maioria destas creches opera em condições físicas e financeiras precárias, impactando no serviço prestado por estas organizações à população atendida.

Além dos efeitos diretos, referente à ampliação e aprimoramento do atendimento à clientela, as reformas tiveram o efeito indireto de melhorar a credibilidade e legitimidade das entidades beneficiadas. Duas dessas (ASMOCAD e GCASC) elaboraram novos projetos e conseguiram financiamentos públicos e privados. Claramente, contribuiu a esse resultado também o curso em Desenvolvimento Institucional discutido anteriormente.

### Resultados alcançados

- 03 entidades reformadas;
- 742 pessoas beneficiadas;
- Investimento: R\$ 228.000,00.

Fundação AVSI



Fundação AVSI



Fundação AVSI



### 2.3.3 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Vários são os fatores que expõem jovens e adultos moradores de áreas de baixa renda ou periferias a uma situação de vulnerabilidade: a baixa escolaridade, a falta de qualificação profissional e as relações desiguais de gênero e raça. Tais fatores refletem-se, diretamente, na relação destes com o mercado de trabalho e mesmo vivendo em um Estado com grande crescimento econômico, muitas pessoas não conseguem aproveitar as inúmeras oportunidades de emprego que estão surgindo.

Diante deste contexto, o Projeto priorizou a realização de modelos de formação profissional com uma carga horária mais significativa, investindo no acompanhamento dos jovens e adultos e nas atividades de inserção no mercado de trabalho, mesmo que isso significasse um menor número de beneficiários. Ao todo, foram disponibilizadas 90 vagas de formação profissional para jovens e 150 para adultos, sendo 60% do público formado por mulheres.

#### SEMINÁRIO de ABERTURA

Para dar início ao Programa de Trabalho e Renda do Projeto Comunidade Viva foi realizado um seminário com a presença de mais de 300 pessoas, entre elas jovens, adultos, representantes da sociedade civil, sindicato da construção civil, iniciativa privada, Ministério do Trabalho, além de representantes governamentais do estado e do município de Olinda. O evento teve o objetivo de divulgar a iniciativa e de sensibilizar novos atores acerca da educação profissional, com ênfase na Lei da Aprendizagem.

Fundação AVSI



Fundação AVSI



### 2.3.3.1 FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL PARA JOVENS NO ÂMBITO DA LEI DA APRENDIZAGEM

A Lei da Aprendizagem é uma oportunidade concreta de oferecer ao jovem tanto um aprendizado teórico sobre determinado ofício, bem como a prática nas empresas, auferindo rendimentos formais de acordo com a legislação trabalhista brasileira. Apesar de alvissareira para essa faixa da população, a aplicação da Lei não está disseminada, sendo desconhecida por vários órgãos do poder público e a maior parte das empresas só a respeita quando são notificadas pelo Ministério do Trabalho. Em Pernambuco, apenas 9% das vagas de aprendizagem disponíveis são preenchidas<sup>40</sup>.

O Projeto contribuiu para a aplicação da Lei oferecendo de forma pioneira em Pernambuco a formação para 90 Aprendizes de Pedreiro. Destes, 55% eram mulheres. Inserir-las em uma área de trabalho considerada masculina, como a construção civil, se traduziu em um grande desafio para o Projeto.

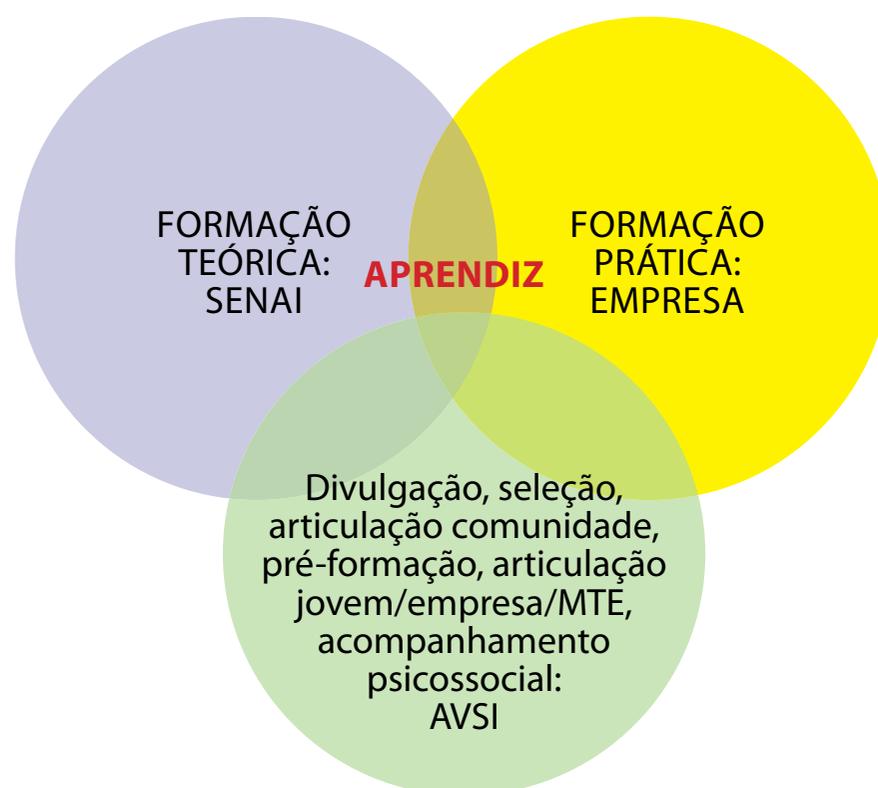
A formação oferecida aos jovens possuiu uma carga horária de 932h, distribuída em introdução ao mundo do trabalho (12h), formação teórica (460h) e prática na empresa (460h), além de acompanhamento psicossocial aos jovens durante todo o percurso. Para realizar a formação teórica foi contratado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) por ser uma instituição de referência na formação na área da construção civil e entidade priorizada pela Lei. Toda a formatação da proposta do programa de aprendizes foi construída conjuntamente entre AVSI, SENAI e Ministério do Trabalho e Emprego.

#### LEI DA APRENDIZAGEM (DECRETO Nº 5.598/05)

- O Aprendiz - Adolescente ou jovem entre 14 e 24 anos, matriculado e frequentando a escola ou com o ensino médio, inscrito no programa de Aprendizagem compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico;
- Empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar aprendizes, de acordo com o percentual exigido por lei (art. 429 da CLT), fixado entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo;
- Formação de Aprendiz: atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, preferencialmente em programa correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes, sempre em funções que exijam formação profissional;
- Direitos do Aprendiz: carteira assinada, salário proporcional às horas trabalhadas, 13º salário, férias e FGTS (alíquota 2%).

Fonte: Manual da Aprendizagem - MTE (2009).

<sup>40</sup> Fonte: TV Jornal (2011).



**“O Programa da Aprendizagem é o instituto das oportunidades”**- Dra. Nanci Lourenço – Auditora Fiscal do Trabalho (SRT/PE). Segundo a auditora, o programa cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois prepara o jovem para desempenhar atividades profissionais e ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho, ao mesmo tempo permitindo às empresas formarem mão de obra qualificada.

### **DA DIVULGAÇÃO DO CURSO À PRÁTICA NAS EMPRESAS**

#### **• Divulgação e processo seletivo dos jovens**

A divulgação geral da formação para jovens ocorreu nas reuniões comunitárias do Projeto. Valorizando a participação e a relação das organizações comunitárias ligadas ao projeto, cada entidade pôde indicar três jovens (sendo duas mulheres e um homem) para ingressar na seleção. O perfil definido para os jovens foi faixa etária de 18 a 22 anos – como a construção civil é tida como atividade com o grau de risco 4 (grau máximo), optou-se por não trabalhar com idade inferior a 18 - com ensino médio concluído ou sendo realizado. Além da indicação por meio das entidades e a fim de aproximar o Projeto da rede pública de ensino, escolas locais também puderam indicar jovens para o processo seletivo. Após inscrição, os jovens passaram por uma prova que continha questões de português, matemática, raciocínio lógico e uma redação (cujo tema abordou suas expectativas e visão sobre o mercado de trabalho).



### • Introdução ao mundo do trabalho

A pré- formação ou introdução ao mundo do trabalho foi o primeiro encontro formal com os jovens selecionados. Teve como objetivo estreitar a relação entre os jovens e o projeto, promover o conhecimento e integração inicial do grupo, bem como contribuir para a inserção destes no mercado de trabalho. Durante cinco dias, mediante dinâmicas, recursos audiovisuais, painéis expositivos e contando com a participação ativa dos jovens, foram abordadas as questões de identidade, projeto de vida e comportamento adequado para inserção e permanência no mundo do trabalho.

### • Formação teórica

A primeira etapa da formação profissional dos jovens iniciou com as aulas no SENAI com carga horária de 460h, distribuída ao longo de 9 meses. Por meio da metodologia do Aprender-Fazendo os jovens obtiveram o conhecimento na teoria e na prática na própria escola do SENAI sobre saúde, meio ambiente e segurança, ferramentas e equipamentos de trabalho, leitura e interpretação de projetos, além de conhecimentos específicos da construção civil como chapisco, reboco, assentamento e revestimento cerâmico, tipos de tubulações e instalações elétricas, entre outros. Os jovens também tiveram oportunidade de adquirir conhecimento com convidados de empresas especializadas e nas visitas a diversas fábricas e empresas da área.

Semanalmente, os jovens foram acompanhados pela equipe técnica do Projeto, individualmente e em grupo, por meio de análise de comportamento, desempenho, aplicação de questionários, levantamento

de suas dificuldades, além de acompanhamento com professores e coordenação pedagógica do SENAI e familiares, quando necessário. Depois de adquirirem maior aprendizado e familiarização com o segmento da construção civil, após 2 meses de formação no SENAI, os jovens foram encaminhados às empresas e, em paralelo à continuidade da formação teórica, iniciaram a prática nas construtoras.

### Resultados alcançados

- Número de jovens selecionados: 90, sendo 55% mulheres;
- Número de jovens concluintes: 74, sendo 38 mulheres e 36 homens;
- Articulação com 23 empresas;
- 100% dos jovens que permaneceram na formação com contrato de Aprendiz.

**“É muito interessante o programa de Aprendizagem nesta área, pois existe uma demanda grande de pedreiros hoje no mercado. Também para aqueles jovens que pretendem fazer curso técnico, já saem na frente, já que tem a prática e a experiência dentro de uma obra”,** Túlio Tenório, engenheiro da Construtora Gabriel Bacelar que contratou 10 aprendizes.

### • Formação prática

Como parte das atividades do Programa do Aprendiz, os jovens cumpriram 460h da carga horária do curso nas empresas. Ao longo da formação, o Projeto conseguiu a adesão de 23 empresas ao programa e os jovens foram alocados em 38 obras no Recife e RMR.

Após a resistência inicial de se empregar mulheres, o Programa teve grande êxito quanto à inserção no mercado de trabalho: 100% dos jovens da formação (74, sendo 38 do sexo feminino e 36 do sexo masculino) obtiveram contrato de aprendiz.

De forma geral, os jovens ficaram satisfeitos com as atividades práticas nas empresas, pois além de exercitarem as atividades aprendidas na formação teórica, aprenderam novas técnicas, instrumentos de trabalho, formas de realizá-lo e a se relacionar com os demais funcionários, com atenção a horários e normas. Por outro lado, a Aprendizagem foi uma oportunidade para as empresas formarem mão de obra qualificada, cada vez mais demandada na construção civil. Num questionário de avaliação aplicado com as 23 empresas participantes do projeto, 48% indicaram que o programa viabilizou a inserção dos jovens no mercado, formando mão de obra qualificada e sinalizaram a possibilidade de efetivação após a conclusão dos contratos. A avaliação com relação às jovens mulheres também foi exitosa. Se por um lado, houve resistência das empresas em contratá-las no início, no decorrer das atividades, esta se transformou em elogios pelo desempenho superior ao dos colegas homens no que concerne à pontualidade, assiduidade e à realização de alguns serviços, a exemplo de acabamento.

Durante toda a formação, a equipe técnica do projeto acompanhou os jovens no local de trabalho,

avaliando junto a eles o desempenho pedagógico, profissional e social de cada um. Da mesma forma, a equipe técnica se relacionou com as empresas, para acompanhar o desempenho dos jovens e verificar o grau de satisfação em relação ao programa.

### 2.3.3.2 QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS

O Projeto também promoveu a qualificação de 150 adultos em quatro áreas identificadas no Estudo de Mercado: Turismo em meios de hospedagem (camareira), Têxtil, Alimentos e Construção Civil. As cargas horárias das formações foram de 160h a 240h, a depender do curso, ministradas ao longo de três a quatro meses pelo SENAC e SENAI. A escolha destas instituições baseou-se no fato das mesmas oferecerem uma formação profissional, o que contribuiria com os objetivos do Projeto de não apenas qualificar, mas de inserir no mercado de trabalho.

Quanto ao processo de escolha dos adultos, seguiu-se o mesmo formato do curso oferecido aos 90 jovens, priorizando a valorização das organizações comunitárias com as quais o Projeto trabalhou. Cada organização (das 86 pesquisadas) pôde indicar cinco adultos (sendo três mulheres e dois homens) a partir de 24 anos com ensino fundamental completo. Após esta primeira etapa, os adultos fizeram uma prova e passaram por entrevista, sendo a lista dos adultos aprovados distribuída nas organizações comunitárias e escolas.



**“Foi muito boa esta qualificação, pois foi meu primeiro curso e minha primeira profissão. É muito importante pra gente que nunca teve a carteira assinada, ter uma qualificação. O mais importante é que a gente aprende a fazer aquele serviço com perfeição e ver que é um profissional”** – Flávia Paula da Silva (28), aluna da qualificação de camareira.

## Inserção no mercado de trabalho

Com a finalização dos cursos e das oficinas de orientação ao mercado de trabalho, a equipe técnica se dedicou, durante sete meses, a realizar articulações com empresas públicas e privadas para inserir os adultos formados no mercado de trabalho. Para isso, foram criados bancos de empresas e bancos de dados e de currículos dos participantes. A equipe fazia reuniões e contatos telefônicos junto aos sindicatos, agência do trabalho, rede hoteleira, restaurantes, fábricas têxteis e lojas de roupas, padarias e construtoras, encaminhando os adultos de acordo com o perfil solicitado para realização de processo seletivo. O Projeto contribuiu para a geração de renda de 45% do universo das pessoas formadas. Passaram a gerar renda, após a formação, 60 adultos, sendo 41 mulheres. A área de maior inserção foi a de alimentos, especialmente em padarias, seguida da construção civil, sendo a área de menor inserção a de camareira, devido também ao período de baixa temporada (maio a setembro) em que foram feitas as articulações com as empresas.

### Resultados alcançados

- Qualificações realizadas: Alimentos, Camareira, Construção Civil e Têxtil;
- Número de Adultos formados: 132, sendo 106 mulheres e 26 homens;
- Articulação com 31 empresas;
- Número de adultos inseridos no mercado de trabalho: 60.



## 2.3.4 - SISTEMATIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Uma ação estratégica do projeto foi a de sistematizar e divulgar a experiência do Projeto Comunidade Viva. Sendo esta um meio e não um fim, o objetivo de tal estratégia foi o de estimular a continuação do fluxo de melhorias para o território, mesmo após o seu término, bem como contribuir para a criação de projetos semelhantes no estado que aliem o poder público e as entidades da sociedade civil, sensibilizando os participantes de que a redução da pobreza compreende um esforço integrado de intervenção, oferta de serviços de base, fortalecimento do tecido social existente e geração de trabalho e renda, como ocorreu na integração entre as ações do PROMETRÓPOLE, PAC e do Projeto.

Para isso, o Projeto utilizou duas ferramentas de comunicação, um vídeo<sup>41</sup> e a presente publicação, utilizando diferentes recursos (audiovisual e impresso), para que a iniciativa fosse acessível a diferentes públicos e de forma diversificada. Ambos foram distribuídos tanto aos parceiros diretos do Projeto, quanto ao público-beneficiário, e também disponibilizado na internet para acesso de todas as instituições interessadas na temática. Além destes recursos, ao término do Projeto foi realizado um seminário final que contou com a presença de quase 200 pessoas, entre gestores e técnicos federais, estaduais e municipais, União Europeia, universidades, instituições de ensino, empresas, representantes de conselhos municipais e estaduais, redes de ONGs que trabalham para a redução da pobreza e promoção da cidadania, empresários, bem como jovens e adultos e representantes de organizações da sociedade civil da área do Projeto.

Com o título “Uma Experiência de Desenvolvimento Integrado em Pernambuco - Projeto Comunidade Viva”, a finalidade do evento foi divulgar a experiência do Projeto, contribuindo para o debate sobre o trabalho social em programas de urbanização de assentamentos precários no Brasil. Nesse sentido, o diálogo foi estabelecido com alguns dos principais atores da temática: Ministério das Cidades, Governo de Pernambuco, Prefeitura Municipal de Olinda, Banco Mundial, União Europeia, AVSI e comunidade, cada um dentro do seu âmbito de atuação permitindo uma visão do tamanho do desafio de trabalhar com assentamentos precários<sup>42</sup>.



<sup>41</sup> O vídeo está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=XPTJ6WdBGPI>.

<sup>42</sup> O conteúdo do seminário está acessível em <http://www.avsinordeste.org.br/category/publicacoes>.

## 2.4 INVESTIMENTO DO PROJETO

O Projeto Comunidade Viva foi realizado, durante 30 meses, com um investimento de € 948.081 (R\$ 2.330.668), sendo 75% desse montante financiado pela União Europeia e o restante pelos demais parceiros: Governo de Pernambuco, 11%; AVSI, 9%; e CDM, 5%. Parte deste orçamento destinou-se aos recursos humanos, composto por: i) coordenação geral, responsável pelo ciclo do projeto e pela articulação e relações institucionais; ii) coordenação local, que supervisionava as atividades em campo, cuidava das parcerias locais e executava as ações de cunho estratégico, e iii) três técnicos sociais, responsáveis exclusivamente e em tempo integral pelas atividades do Projeto. A equipe atuou no escritório local, facilitando a presença e o diálogo com a comunidade. Além do investimento em recursos humanos, o montante do projeto destinou-se as seguintes categorias de atividades:

### **1. Estudos, Monitoramento e Avaliação:**

- Realização do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP);
- Realização da pesquisa das associações da sociedade civil, assistência técnica e acompanhamento das associações locais;
- Realização do Estudo das Demandas do Mercado de Trabalho Local e da Região Metropolitana do Recife;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social Participativo;
- Monitoramento e avaliação do projeto.

### **2. Fortalecimento da sociedade civil:**

- Formação em Desenvolvimento Institucional e acompanhamento individual das associações locais;
- Financiamento de projetos comunitários das associações;
- Projeto, construção ou reforma de sedes de associações.

### **3. Geração de trabalho e renda:**

- Seleção, formação humana, formação técnica, acompanhamento individual, inserção no mercado do trabalho e monitoramento para 150 adultos e 90 jovens.

### **4. Sistematização e divulgação:**

- Elaboração do vídeo do projeto e seminário final;
- Elaboração da publicação.

### **5. Auditoria final do projeto.**

## CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O ponto de partida da iniciativa apresentada é a qualificação de ações de intervenção urbana dos Programas PROMETRÓPOLE e PAC, integradas às ações de cunho tipicamente social. Estas têm como objeto principal as obras, sendo o trabalho social por parte do estado e da prefeitura basicamente de suporte às mesmas. Originariamente, o PROMETRÓPOLE tinha previsto ações de cunho social de maior abrangência, que teve de ser reduzido no escopo devido à desvalorização do real perante o dólar.

52

O Projeto Comunidade Viva pode ser configurado como um componente social integrando as intervenções inseridas nos programas PROMETRÓPOLE e PAC. Conseqüentemente, ele se insere legitimamente dentro do atual debate nacional sobre o trabalho social em programas de urbanização de assentamentos precários, voltado a propor inovações do repertório técnico-metodológico, especialmente no sentido de promover intervenções a escala de cidade, garantir o protagonismo da comunidade, aprofundar o conhecimento do território, e dar mais efetividade ao fortalecimento do capital social local e à intersectorialidade.

É à luz deste debate que o restante do presente capítulo foi construído. A primeira referência aqui utilizada é um capítulo de um estudo realizado em 2009, com patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Aliança de Cidades e Ministério das Cidades, em nove projetos de desenvolvimento urbano no Brasil, com o objetivo de extrair lições da experiência desses últimos.

No capítulo desse estudo que trata dos componentes sociais desses projetos são identificados quatro eixos, normalmente presentes, todos ou em parte, no trabalho social de projetos de urbanização integrada de assentamentos precários, são eles:

(i) Trabalho social em apoio à intervenção física - suporte às obras de urbanização;

---

<sup>43</sup>. Notarbartolo di Villarosa F. e Magalhães F., Aprendendo da Melhoria de Assentamentos Precários no Brasil: Recomendações para Políticas Públicas, BID, Washington DC, 2011 (no prelo).

(ii) Ações de setores sociais visando à inclusão social e/ou o desenvolvimento local (articulação intersetorial);

(iii) Fortalecimento das organizações da sociedade civil;

(iv) fomento à participação da comunidade nas decisões de investimentos públicos.

A segunda referência aqui relevante é representada por uma nota técnica onde são relatados os principais temas do Seminário Internacional sobre Trabalho Social em Intervenções Habitacionais, realizado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, em parceria com a Aliança de Cidades e o Banco Mundial realizado em Brasília, em setembro de 2010.

A seguir, são apresentados os principais pontos relevantes para as temáticas aqui tratadas. Os novos desafios para o trabalho social em intervenções habitacionais devem ser contextualizados dentro do atual marco referencial da política nacional de habitação, que continua válido e deve ser reforçado no PAC 2 e na nova etapa do Programa Minha Casa Minha Vida, destacando-se: o direito à moradia vai muito além do fornecimento da casa, pois deve incluir o acesso a serviços e bens a serem inseridos nos novos espaços produzidos ou nos reassentamentos, a democraticidade, a articulação com outras políticas e o conceito da moradia como porta de entrada na rede de proteção social.

Entre os novos desafios identificados, existem alguns pontos de relevância: (i) o trabalho social cresceu em volume de recursos e complexidade e, conseqüentemente, necessita de competências gerenciais fortalecidas e mais profissionalização; (ii) sente-se a necessidade de inovações no repertório técnico-metodológico do trabalho social, especialmente no sentido de promover o protagonismo da comunidade, aprofundar o conhecimento do território e dar mais efetividade ao fortalecimento do capital social local; (iii) é preciso avançar na promoção da articulação intersetorial, necessária para o desenvolvimento local, principalmente no que tange à geração de trabalho e renda e na pós-ocupação para operação e manutenção dos investimentos realizados (obras de urbanização, habitações e equipamentos sociais); (iv) perante o salto de escala que ocorreu nas intervenções habitacionais ou de urbanização de assentamentos precários, é necessário encontrar novas formas para maximizar os recursos voltados ao trabalho social.

Da análise dos quatro eixos dos componentes sociais, supracitado, observou-se que somente o eixo do trabalho social em apoio à intervenção física parece ser capaz de “garantir” determinados resultados se for seguido, mesmo com as adaptações caso a caso oportunas. Há dificuldades, nos outros três eixos, em criar modelos, garantir continuidade e assegurar sustentabilidade e principalmente atuar em uma escala territorial urbana com um olhar global e não pontual.

Outro elemento de destaque é a constatação que os programas integrados pretendem ir além da execução de obras apoiadas por um “trabalho social bem feito”, querem contribuir com o desenvolvimento de pessoas presentes em um amplo território, inclusão social, cidadania e democracia em uma parte da cidade.

Portanto, chega-se aqui a uma questão crítica em relação à finalidade destes programas. Os programas de urbanização de assentamentos precários podem assumir diretamente a promoção de ações para o desenvolvimento local, a inclusão social e a participação ampliada, considerando uma atuação em uma escala pequena, com horizonte temporal definido e um espaço de governabilidade limitado?

Para enfrentar este desafio é necessário que haja um trabalho de planejamento e uma visão de desenvolvimento integral e larga escala que envolva novos repertórios de metodologia, garantindo mecanismos que permitam a articulações para uma participação efetiva desde o início do processo com a população, os setores relevantes sejam públicos e privados, e terceiro setor. Sem eles, tais experiências dificilmente poderão gerar desenvolvimento, tornar-se sustentáveis e multiplicadas. Portanto, o programa deverá fortalecer a sua estrutura de incentivos, para que os setores competentes do governo assumam suas responsabilidades, para que a sociedade civil seja protagonista do desenvolvimento local, e as empresas possam ser envolvidas em setores relevantes do desenvolvimento (trabalho e renda).

Ao mesmo tempo, será necessário compatibilizar a normativa nacional existente e pensar em mecanismos para aumentar a disponibilidade de recursos para tais componentes (já que é provável que os atuais 2,5% do valor total do projeto de urbanização não sejam suficientes). Também a atual temporalidade do trabalho social (seis meses antes da obra até seis meses depois da sua conclusão) deverá ser repensada, para garantir uma atuação adequada da equipe técnica e ações de real impacto no desenvolvimento das pessoas.

A discussão nacional indica claramente as áreas onde o trabalho social precisa inovar mais: na renovação do repertório técnico-metodológico, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento das organizações da sociedade civil e no protagonismo da comunidade (por exemplo, na geração e uso de informações, na participação efetiva ao planejamento de programas e políticas públicas, no fornecimento de serviços) e na promoção do desenvolvimento local. In primis na geração de trabalho e renda. Isso tudo, em articulação com as políticas públicas locais. Essas são justamente as áreas onde o Projeto Comunidade Viva concentrou suas ações e onde suas contribuições podem ser buscadas.



### 3.1 PLANEJAMENTO/ABORDAGEM PARTICIPATIVA DE UMA MACROÁREA

Antônio Melcop/Pref. Olinda



55

A área do projeto abrangeu seis comunidades às margens do Rio Beberibe. Uma das contribuições da iniciativa foi a elaboração de um planejamento considerando-se como macroárea - área homogênea de pobreza - uma poligonal que somava quase 20% da população de Olinda com os indicadores mais baixos do município, analisando-a a partir de suas semelhanças e distinções, bem como sua integração com o restante da cidade e da RMR.

Esse elemento de construção de conhecimento e respectiva atividade de planejamento sobre uma área da cidade teve uma notável importância para o projeto. O investimento de recursos (financeiros, humanos, temporais) na coleta e processamento de dados foi significativo, assim como o retorno desse mesmo investimento em termos de qualidade das decisões.

Houve uma ligação orgânica entre conhecimento e planejamento – as informações coletadas nas diversas pesquisas e diagnósticos tornaram-se ingredientes efetivos para a priorização e calibração das ações. Essa organicidade se deve à presença de dois fatores que, em muitas outras oportunidades, são antagônicos: a presença no território e a proximidade e o diálogo com a comunidade, de um lado; e o tratamento profissional da informação do outro (databases, georreferenciamento). Simultaneamente, houve uma interação constante com as instituições para validar as informações principalmente no

sentido de selecionar as ações viáveis. O produto final resultou em informações orientadas à gestão, com a sistematização das informações de todas as pesquisas e diagnósticos num único documento voltado ao planejamento. Houve ainda um acesso irrestrito a todas as informações por parte dos diversos stakeholders – dos poderes públicos e da comunidade – com consequente discussão, crítica e complementação das mesmas. Houve momentos formais para tal discussão – como os encontros formativos e principalmente as reuniões plenárias de discussão do Plano de Desenvolvimento Social.

Informações relevantes, tratadas e apresentadas num formato gerencial, dentro de momentos formalmente voltados à discussão, contribuíram em conjunto para criar um marco potencialmente produtivo em termos de geração de decisões. Tendo como base informações sólidas e ampla participação, o planejamento se tornou um exercício concreto ao invés de um rito abstrato (cujo produto, frequentemente, nada mais é do que uma lista de desejos soltos da realidade, principalmente institucional). O resultado disso é que os estudos realizados e sistematizados em um único documento tornaram-se não só um marco de orientação para ações do projeto, mas um instrumento de conhecimento adotado pelo poder público.

Antônio Melcop/Pref. Olinda



## 3.2 FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

Iniciativas voltadas para o fortalecimento da sociedade civil costumam integrar o repertório das ações propostas pela AVSI. Isso se deve a um percurso feito no qual se evidenciou a importância das organizações da sociedade civil em programas de desenvolvimento urbano integrado.

A aposta nas entidades decorre da visão do Projeto de que estas são as grandes protagonistas do desenvolvimento. Mesmo com suas fragilidades elas já prestavam um serviço à população antes da intervenção promovida pelo Comunidade Viva. São elas que possuem conhecimento e vivência dos problemas e da realidade local e provavelmente continuarão atuando na área, após a execução do Projeto. Apoiar tais organizações permite também um enraizamento no território e a multiplicação dos benefícios das ações, levando os serviços para um maior número de pessoas.

Assim, para que as entidades da sociedade civil possam incorporar os benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico, por programas governamentais e até mesmo pela presente iniciativa, precisam ser capacitadas, reconhecidas e estimuladas a dar continuidade às ações promovidas, bem como negociar com o poder público melhorias para sua área e para a cidade, participando e influenciando na criação de novas políticas públicas (advocacy). No caso do Comunidade Viva, o fortalecimento da sociedade civil se baseou em atividades com conteúdo teórico (encontros formativos e curso em desenvolvimento institucional) e prático (financiamentos a projetos comunitários e reformas de equipamentos).

Ao analisar em conjunto o desempenho das diversas ações de fortalecimento da sociedade civil empreendidas pelo Projeto, o quadro que emerge indica um envolvimento amplo e multidimensional das organizações comunitárias, onde as diversas ações do Projeto se reforçam mutuamente: (i) das 86 entidades comunitárias inicialmente pesquisadas, somente 19 (22%) não participaram de nenhuma das atividades; (ii) 24,4% participaram de todas as quatro atividades para fortalecimento da sociedade civil (encontros formativos, curso em DI, financiamento de projetos e reforma de equipamentos), confirmando, assim, o interesse pelo “pacote” completo oferecido pelo Projeto; o mesmo percentual (24,4%) de entidades participaram de três atividades do Projeto; 12,8% de duas atividades; e só 16,3% participaram exclusivamente de uma atividade.

Os principais resultados alcançados se referem a uma maior clareza do papel das entidades sociais e fortalecimento da sua identidade, a um maior conhecimento das mesmas sobre o patrimônio existente na própria comunidade e promoção de atuação em rede, a melhorias na capacidade de elaboração de

projetos, de gestão financeira e fiscal à formalização das entidades e ao aumento da sua visibilidade institucional, inclusive com captação de novos recursos em alguns casos. Houve também melhoria dos serviços prestados à comunidade, principalmente por parte das entidades que receberam o financiamento e a reforma.

Novamente, a integração de uma abordagem participativa, a proximidade com os beneficiários, a partir de um conhecimento técnico-profissional (sistematização de normas e procedimentos para seleção, editais, prestação de contas) e familiaridade tanto com o setor público quanto com a realidade das organizações comunitárias, foram fundamentais para o bom desempenho das ações do Projeto.

Os resultados dos seis projetos financiados e a reforma de três equipamentos comunitários ilustram a capacidade de incidir junto à população. Mediante apoio a essas nove entidades, foram beneficiadas diretamente 1.500 pessoas. Dentre os seis projetos que receberam financiamento, os resultados foram mais evidentes e sólidos, e apresentaram perspectivas reais de continuidade através da captação de recursos e celebração de convênios, naquelas áreas onde existia uma demanda maior, com a clientela bem definida e os interlocutores públicos claramente identificáveis (projetos de atendimento a idosos, creche, e, parcialmente, assistência a vítimas de violência sexual).

Fundação AVSI



### 3.3 GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Um dos desafios do trabalho social associado a programas de urbanização de assentamentos precários é promover estratégias de geração de trabalho e renda. O desafio é composto por alguns fatores: i) escolaridade dos moradores baixa e precária; ii) demandas de qualificação e/ou experiência requerida pelo mercado de trabalho, frequentemente superior à oferta local; iii) necessidade de uma economia (ou setores) aquecida para absorção de mão de obra; iv) ausência de uma cultura do trabalho, v) necessidade de tempo e recursos.

O investimento inicial em pesquisa foi fundamental, assim como o diálogo com os interlocutores institucionais (Ministério do Trabalho, sindicatos, entre outros). Diante disso foram identificadas as vocações e potencialidades locais que por sua vez foram confrontadas com a demanda do mercado e a oferta de formação, possibilitando a escolha dos setores a serem priorizados. Especificamente para a proposta do programa do jovem aprendiz, houve um processo cuidadoso de formatação, em conjunto pela AVSI, Ministério do Trabalho e SENAI.

Para enfrentamento do quarto fator, ausência de uma cultura do trabalho, é preciso considerar uma premissa: em geral, os moradores de áreas com baixos indicadores socioeconômicos são, em sua maioria, orientados pela busca diária da sobrevivência, o que compromete sua capacidade de planejamento e, sobretudo, de projetar-se no futuro. Então, ao lado da formação técnica, deve ser introduzido ou despertado o desejo de uma vida diferente, melhor, sem falsas ilusões, que pode ser gerada como fruto do trabalho. Então, a partir da consciência desse desejo são introduzidos elementos sobre postura no mercado de trabalho, que passa desde como portar-se em uma entrevista de emprego, à conduta e postura em um ambiente corporativo. Parecem aspectos banais, mas são desconhecidos pelo público-alvo de projetos dessa natureza, principalmente entre os jovens. Nesse sentido, foi oferecida uma formação para a introdução ao mundo do trabalho, com carga horária de 12h, para despertar esse desejo de mudança.

Por fim, o outro fator determinante para o êxito das ações de geração de trabalho e renda foi o tempo. Tempo é fundamental para absorção de conhecimento técnico e também de mudança de mentalidade. Foi oferecida aos jovens uma formação com carga horária de 960h e aos adultos de 160 a 200h. Maior tempo despendido implica em maior quantidade de recursos seja para a formação técnica, seja para o acompanhamento. Esse acompanhamento foi constante e individual, realizado durante as atividades formativas, e depois na elaboração do currículo, na preparação da entrevista, durante o período de aprendizagem nas empresas e, em alguns casos, também depois desse último. Em todas as etapas houve levantamento e sistematização das informações relevantes, para monitoramento e ajustes de rumo imediatos e avaliações sucessivas. Os resultados das ações de geração de trabalho e renda do projeto

são satisfatórios: 87% dos adultos e 82% dos jovens concluíram os respectivos cursos teóricos. Destes, 45,5% dos adultos passaram a gerar renda e 100% dos jovens obtiveram contrato de aprendiz junto a alguma empresa.



A formação de aprendiz de pedreiro foi uma novidade absoluta no estado de Pernambuco. Considerando que, das 25.680 vagas existentes<sup>44</sup> no Estado, apenas 9% são preenchidas<sup>45</sup>, torna-se evidente que projetos dessa natureza são viáveis, possibilitam a experiência do primeiro emprego para jovens, com um contrato de acordo com a legislação trabalhista brasileira e podem ser reeditados (replicado segundo cada realidade).

A aplicação da Lei da Aprendizagem ainda é recente no Brasil, entretanto, o Projeto permite inferir que a importância da iniciativa é superior ao percentual de jovens<sup>46</sup> que permanecem na empresa após a finalização do contrato de aprendizagem. A experiência de formação teórica e prática na empresa (12 meses de trabalho) tem se mostrado válida em si, contribuindo para novas escolhas dos jovens como manter-se estudando, se dedicar a um curso técnico, ir para a universidade, buscar trabalho no setor em outras empresas, uma vez que possui experiência e curso realizado em uma entidade reconhecida, neste caso, o SENAI, ou mesmo migrar para outro ramo de atividade. Assim, o jovem vislumbra uma perspectiva de vida e profissional alternativa à violência, ao crime e às drogas.

Além do acompanhamento, foi crucial o papel de intermediação desempenhado pela equipe do Projeto – junto às entidades formadoras, instituições públicas, beneficiários, organizações comunitárias, empresas e sindicatos do setor privado. Esse trabalho de intermediação foi fundamental para ajustar a proposta de formação às características, demandas e capacidades de cada ator participante e culminou no encaminhamento dos jovens às empresas. Para o sucesso desse processo de mediação foram importantes: (i) a agilidade típica de uma organização do terceiro setor, (ii) o fato de ser um agente externo, e (iii) a presença na equipe de profissionais com atribuição específica de se dedicar ao setor de geração de emprego e renda.

Por conta do trabalho com o jovem aprendiz, bem como do financiamento de projetos que atuaram na área da infância e adolescência, a AVSI ganhou o Prêmio Maria Cabral promovido pelo Conselho da Criança e do Adolescente de Olinda (COMDACO) por ter se destacado, durante o ano de 2010, pelo “compromisso, empenho, determinação, seriedade, contribuição e prestação de serviços de grande relevância na área de proteção, promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente no município de Olinda”.

<sup>44</sup> Dessas, 88,4% encontram-se na RMR. Fonte: MTE, 2011.

<sup>45</sup> Fonte: MTE, 2011.

<sup>46</sup> Dos 74 jovens aprendizes, 13 foram contratados, após a finalização do contrato de Aprendizagem, a maioria ainda não havia concluído o período para o término do contrato, na época da publicação deste material.

### 3.4 ARTICULAÇÃO COM O SETOR PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA

O Projeto contou com o envolvimento dos poderes públicos, inclusive com uma contrapartida do Governo do Estado. A presença do Governo do Estado e do Município de Olinda, desde a concepção do projeto, com um forte interesse e motivação foi fator crucial para o sucesso do Projeto. Com isso, a equipe investiu fortemente no trabalho compartilhado com os parceiros do poder público, lançando pontes entre as demandas da comunidade, as instituições e o setor privado.

Para que essa articulação pudesse se tornar produtiva foi importante que o diálogo estivesse devidamente estruturado – o marco dentro do qual este se desenvolveu, conforme acima já mencionado, foi dado pelas informações levantadas na fase de conhecimento, que apontaram prioridades e estabeleceram limites, assim como um arranjo institucional que previa com clareza as respectivas funções dos atores envolvidos.

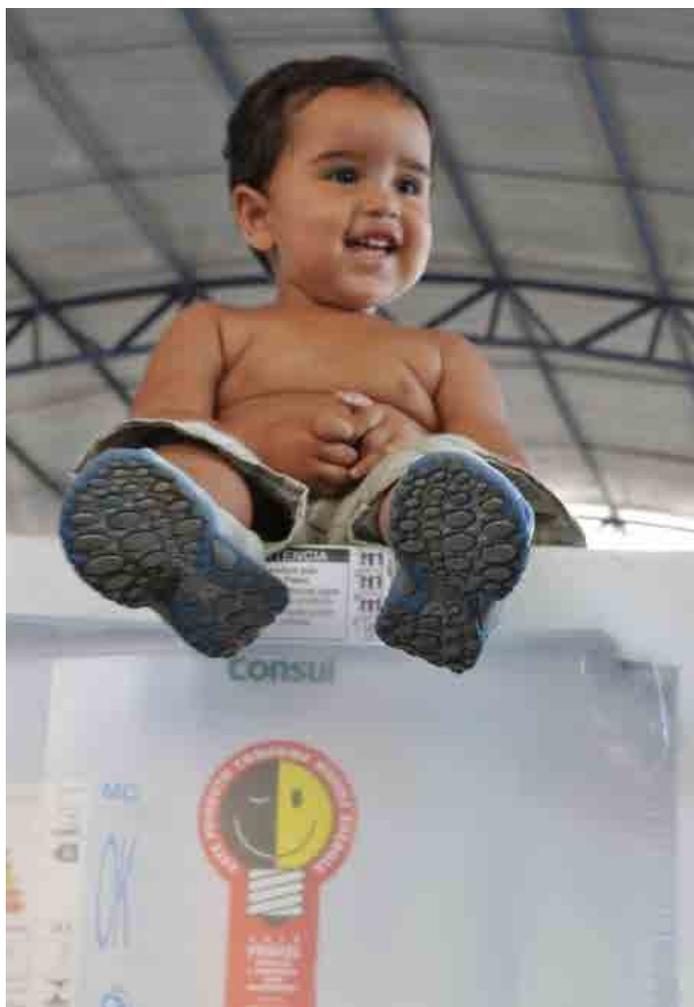
O resultado imediato da presença destes atores foi a participação efetiva na elaboração e validação do Plano de Desenvolvimento Social Participativo, que indicou uma parte de ações a serem realizadas com recursos adicionais ao Projeto captados através de articulação interinstitucional. Não é ainda possível saber se e quantas das ações propostas no Plano serão realizadas. Entretanto, o Projeto teve uma influência positiva sobre a Secretaria de Obras da Prefeitura de Olinda e, sobretudo, o Governo de Pernambuco/ Secretaria Estadual das Cidades que está preparando um programa de desenvolvimento urbano com atuação em toda a RMR, cujo componente social incorpora ações de trabalho e renda – formação de jovem aprendiz – e de fortalecimento de entidades da sociedade civil.

Com o setor privado, foram sensibilizadas e incorporadas ao Programa de Jovens Aprendizes 23 empresas do setor da construção civil. Além dessas, também foram contatadas a Entidade dos Panificadores de Pernambuco (EPão) e inúmeras empresas para inserção dos adultos que fizeram a qualificação oferecida pelo Projeto, das quais 30 efetivaram contratações. Também foi identificada uma organização inglesa The International Exchange (TIE)<sup>47</sup> para apoiar o projeto de comunicação de uma entidade local, Boca do Lixo, para promoção das atividades de Biblioteca Multicultural.

Ainda com o setor privado, a AVSI, juntamente ao Governo de Pernambuco e a Prefeitura de Olinda, assinou um convênio com a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) para levar o Programa de Eficiência Energética à área do Projeto. O Programa substitui gratuitamente lâmpadas e refrigeradores antigos por equipamentos novos e econômicos, visando incentivar o consumo eficiente de energia elétrica para clientes de baixa renda. Além de adequar o valor da conta de energia ao orçamento doméstico de cada família, o Programa gera, entre outros, benefícios nutricionais, já que os alimentos passam a ser mais bem condicionados com a nova geladeira. Ao todo, 917 famílias foram beneficiadas.

---

<sup>47</sup> [www.theinternationalexchange.co.uk](http://www.theinternationalexchange.co.uk)



## 3.5 LIÇÕES

Nessa seção final, tentaremos buscar generalizações que possam servir como lições válidas além da especificidade do Projeto, para o atual debate sobre o trabalho social em programas de urbanização integrada. No Comunidade Viva se destacam, entre outros, dois componentes: o de fortalecimento da sociedade civil e o de geração de trabalho e renda. Eles fazem referência a dois dos eixos do trabalho social, como reportado acima, que são o do capital social local e o da articulação intersetorial - justamente os eixos que apresentam diretrizes menos estruturadas, maiores dificuldades de institucionalização, e, em geral grandes desafios. Por essas razões, eles têm implicações importantes.

No que diz respeito ao componente de geração de trabalho e renda, confirmam-se as conclusões de um estudo<sup>48</sup>: o componente deve (i) ser planejado com base em diagnósticos aprofundados feitos por especialistas; (ii) financiar ações compatíveis com vocações e mercados previamente identificados, não pacotes pré-fixados; (iii) investir em uma maior carga horária dos cursos e no acompanhamento técnico do(a)s aluno(a)s; iv) buscar a articulação entre diversos atores, inclusive com o mercado formal, e (iv) ser objeto de monitoramento e avaliação rigorosos.

Em relação ao componente de fortalecimento da sociedade civil, confirma-se que o capital social deve ser reforçado não apenas por meio da criação de instâncias participativas, mas também como apoio às entidades da sociedade civil. Aliás, os dois elementos se suportam reciprocamente. Observe-se, em primeiro lugar, que ambos componentes tiveram absoluta centralidade no Projeto Comunidade Viva. Eles não foram nem acessórios, nem improvisados. Essas qualidades já o diferenciam do que ocorre normalmente na maioria dos projetos de urbanização integrada.

Por trás do bom desempenho desses componentes estão os seguintes fatores: participação, informação e profissionalismo – e, em geral, uma adequada capacidade gerencial de temas complexos. Encontramos também um arranjo focado nestes componentes, que se reflete numa divisão do trabalho com especialistas dedicados a tarefas-chave. O Projeto teve um tempo breve e resultados rápidos, o que gerou credibilidade. Nisso também ajudou o fato que o Projeto teve uma forte autonomia das obras de urbanização, atuando exclusivamente no componente social de fortalecimento de capital social. Ressalta-se a importância de uma equipe técnica social dedicada exclusivamente para o desenvolvimento do capital social, distinta de outra dedicada ao apoio às obras (principalmente reassentamento).

---

<sup>48</sup> Notarbartolo di Villarosa F. e Magalhães F. (2011), cit.

O desempenho desses dois componentes não teria sido o mesmo sem uma forte presença em campo – esses componentes necessitam de muitas horas-pessoa. O apoio ou é intensivo ou não é suficiente.

Nesse sentido, começam assim a aparecer os desafios. Observou-se em vários momentos da iniciativa, que a comunidade, seja no fortalecimento da sociedade civil, seja na geração de trabalho e renda, sempre pede cursos mais extensos e aprofundados, uma abordagem de maior prazo, uma assistência técnica mais intensiva etc. As demandas, as necessidades e a fragilidade das comunidades dos assentamentos precários são muito grandes. Mas, claramente, há limites à assistência que pode ser fornecida – a demanda é sempre maior do que a capacidade de oferta, por isso é necessário priorizar com base em informações sólidas e envolver a própria comunidade nas decisões para que essas ganhem adesão.

De toda maneira, existe um problema de escala. Numa escala para além do piloto, a geração de trabalho e renda e o fortalecimento da sociedade civil devem acontecer através de uma corresponsabilidade entre as políticas setoriais do Estado ou do Município, o setor privado e o apoio ao terceiro setor. No Projeto Comunidade Viva, vimos que, numa escala pequena, a equipe se articulou com sucesso com tais setores – o Ministério do Trabalho, o SENAI, as associações locais, a Secretaria de Obras e a Secretaria de Planejamento do município de Olinda, a então Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Articulação Regional (SEDAR) já extinta, e a Secretaria das Cidades (SECID). A iniciativa fomentou as articulações e forneceu de certa maneira um modelo – além dos recursos. Porém, os parceiros locais carecem dos recursos necessários para implementar as ações com a intensidade, a presença, a dedicação exclusiva e constante de recursos humanos, que vimos ser imprescindíveis.

Quais, portanto, os possíveis caminhos para institucionalizar e fazer ganhar escala aos componentes de geração de trabalho e renda e fortalecimento da sociedade civil? Podemos tentar algumas hipóteses a respeito. A ação da equipe social pode ser catalisadora de ações em escala maior. Condições para isso são a credibilidade e a visibilidade. Com elas, pode se estruturar uma demanda na sociedade e, principalmente, no setor público.

Para que essa demanda se transforme em ações são necessários recursos e investimentos – uma decisão política, não somente do setor responsável ou dos técnicos, mas do governante ou do gestor. Pode ser também necessário um arranjo local que promova a intersetorialidade. A sua implantação não é tarefa trivial. Um ou mais projetos desta natureza, dotados de orçamento e relativa autonomia, podem representar um caminho mais viável. Por fim, é preciso também estruturar e qualificar melhor a oferta de competências para esses componentes específicos do trabalho social seja contratando especialistas dessas áreas (curto prazo), seja através da formação dos profissionais das equipes sociais (médio e longo prazo). Ou seja, o desafio continua.

## ANEXOS

### RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES IDENTIFICADAS PELO PROJETO COMUNIDADE VIVA

Nº	LISTA DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	Área
1.	ACNO – Associação dos Condutores Nativos de Olinda	Varadouro
2.	Água-Viva	Varadouro
3.	Associação dos Moradores de V8	Varadouro
4.	Associação Recreativa Carnavalesca - Afoxé Alafin-oyo	Varadouro
5.	Bloco Os Coqueirais de Olinda	Varadouro
6.	CEMFA – Centro Espiritual Maria Francisca de Assis	Varadouro
7.	Centro de Apoio a Crianças, Adolescentes e Idosos de Olinda	Varadouro
8.	Creche Brasileirinhos	Varadouro
9.	Escolinha São Sebastião	Varadouro
10.	Espaço Comunitário Renasce V8	Varadouro
11.	Espiral da Arte	Varadouro
12.	Estrelinha do V8	Varadouro
13.	Grêmio Musical Henrique Dias	Varadouro
14.	Grupo de Capoeira Chute na Lua	Varadouro
15.	Grupo de Juventude Atitude	Varadouro
16.	Grupo de Mães Unidas Venceremos	Varadouro
17.	Maracatu Nação Estrela de Olinda	Varadouro
18.	Troça Carnavalesca Galinha Caipira	Varadouro
19.	Troça Carnavalesca Mista Anárquica Bebedoura Mole não Entra	Varadouro
20.	AMAP – Associação de Moradores e Amigos de Peixinhos	Azeitona
21.	Associação das Mulheres Pedreiras	Azeitona
22.	Associação Educacional e Assistencial - Creche Escolar Educação e Vida	Azeitona
23.	Associação Espírita Cultural Ilê Axé OyaEgum	Azeitona
24.	Centro Espírita Cabocla Jandira Ilê Axé de Oxum Opará	Azeitona
25.	Centro Social Cultural Desportivo Gazela Negra	Azeitona
26.	Conselho dos Moradores da Azeitona	Azeitona
27.	Grupo Cultural Luz do Amanhecer	Azeitona
28.	Incógnita	Azeitona

29.	Maracambuco	Azeitona
30.	Ponto de Cultura Diálogos	Azeitona
31.	Troça Carnavalesca Vovó em Folia	Azeitona
32.	ADEPE – Associação dos deficientes de Peixinhos	Peixinhos
33.	Associação Cultural Boi Menino	Peixinhos
34.	Associação Cultural Nação Mulambo	Peixinhos
35.	Associação de Moradores das Vilas da COHAB e dos Comercários de Peixinhos	Peixinhos
36.	Associação de Moradores do Sítio Ilha	Peixinhos
37.	Associação Desportiva e Cultural de Peixinhos	Peixinhos
38.	Associação Serrote de Peixinhos	Peixinhos
39.	Balé Afro MajêMolê	Peixinhos
40.	CCP – Centro Cultural de Peixinhos	Peixinhos
41.	CEAEC – Centro de Arte, Educação e Cultura	Peixinhos
42.	Conselho Comunitário do Cabo Gato	Peixinhos
43.	Conselho de Moradores de Vila União	Peixinhos
44.	Creche Tia Tereza	Peixinhos
45.	Expressão Afro Brasil	Peixinhos
46.	GCASC – Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças	Peixinhos
47.	Grupo de Saúde Condor e Cabo-Gato	Peixinhos
48.	Instituto Lua Clara	Peixinhos
49.	Instituto Sagrado Coração de Jesus	Peixinhos
50.	Juventude Feminista de Peixinhos	Peixinhos
51.	LAMAPE	Peixinhos
52.	Maracatu Nação Tigre	Peixinhos
53.	Movimento Cultural Boca do Lixo	Peixinhos
54.	Movimento Cultural Desperta Povo	Peixinhos
55.	Nossa Voz em Ação	Peixinhos
56.	Núcleo Assistencial Mão Amiga	Peixinhos
57.	Núcleo Educativo Artemanha	Peixinhos
58.	Peixearte	Peixinhos
59.	Troça Carnavalesca Mista Arrocha de Peixinhos	Peixinhos
60.	Biblioteca Comunitária	São Benedito/ Caenga
61.	Centro de Arte e Cultura – Grupo Bongar	São Benedito/ Caenga
62.	Centro de Assistência Social e Cultural	São Benedito/ Caenga
63.	Centro de Desenvolvimento Integral Jardim Beberibe	São Benedito/ Caenga
64.	Centro Social e Cultural Severino's	São Benedito/ Caenga
65.	Organização Religiosa Africana Sta Bárbara Nação Xambá	São Benedito/ Caenga
66.	ACENO – Associação Cultural e Educacional Nova Opção	Caixa d'Água

67.	Associação dos Moradores de Caixa d'água	Caixa d'Água
68.	Bloco Carnavalesco Papangu Mirim	Caixa d'Água
69.	Centro de Apoio do Córrego do Abacaxi e dos Carneiros	Caixa d'Água
70.	Clube de Mães Boa Nova	Caixa d'Água
71.	Grupo Assistencial da Criança , Adolescentes e Deficientes	Caixa d'Água
72.	Som do Barro	Caixa d'Água
73.	Terreiro Ilê Axé Oxum Aladê d'olomin	Caixa d'Água
74.	AMAB - Associação de Moradores do Alto da Bondade	Passarinho
75.	ASCOP – Associação Comunitária de Passarinho	Passarinho
76.	Associação de Moradores Ambientalistas do Novo Beberibe	Passarinho
77.	Associação Educacional de Passarinho	Passarinho
78.	Associação Franciscana Maristela do Brasil - Centro Educativo Monte Alverne	Passarinho
79.	Bloco Carnavalesco Misto Urso Carente	Passarinho
80.	CENDEMPA - Centro de Defesa da Cidadania dos Moradores de Passarinho	Passarinho
81.	Centro Comunitário Metodista em Alto da Bondade - Creche Gente Nova	Passarinho
82.	Centro de Apoio Comunitário de Passarinho	Passarinho
83.	Centro Social Polivalente Alto da Bondade	Passarinho
84.	Igreja Presbiteriana Renovada de Olinda	Passarinho
85.	MIP - Missão Internacional de Paz	Passarinho
86.	Passarinho Futebol Clube	Passarinho



## REFERÊNCIAS

Agência Condepe/FIDEM, Perfil dos Municípios, acessado em <http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/PerfilMunicipios.aspx>, em maio de 2011.

Albuquerque César, I. (2004), "A mortalidade por causas externas no Recife e sua Região Metropolitana", 1990/92 a 2000/2002, artigo apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, acessado em <http://scholar.google.com.br/scholaron> em agosto de 2008.

AVSI (2009), "Pesquisa das associações da sociedade civil das áreas de Passarinho, Caixa d'Água, Beberibe, Azeitona, Peixinhos e Varadouro no município de Olinda", Plano de Desenvolvimento Social Participativo.

---- (2009) Fundação AVSI, Nortarbartolo di Vilarosa, Olinda, Pernambuco (2009), "Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP, 2009) de áreas carentes urbanas do município de Olinda".

68

BRASIL, 2011, "Programa de Aceleração do Crescimento", acessado em <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/>, em maio de 2011.

---- Ministério do Trabalho e Emprego (2009) – "Manual da Aprendizagem", Dados Internacionais na publicação (CIP). Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTE.

Câmara Americana de Comércio, AMCHAM (2011), Crescimento PIB pernambucano, acessado em <http://www.amcham.com.br/regionais/amcham-recife/noticias/2010/pib-pernambucano-crescera-15-ao-ano-ate-2020-calcula-consultor>, em maio de 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Sinopse do Censo Demográfico, acessado em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse\\_tab\\_brasil\\_pdf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse_tab_brasil_pdf.shtm), em maio de 2011.

---- (2010) Censo Demográfico, acessado em <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/05/03/pobreza-caiu-quase-70-desde-a-implantacao-do-plano-real-diz-fgv/print>, em maio de 2011.

---- (2011) Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, PNAD, acessado em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>, em fevereiro de 2011.

---- (2009), Síntese dos Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira, acessado em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sintese\\_indic/indic\\_sociais2009.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sintese_indic/indic_sociais2009.pdf) em maio de 2011.

---- (2007), Banco de Dados do Estado de Pernambuco, acessado em <http://www.bde.pe.gov.br>, em fevereiro de 2011.

---- (2001) Tendências Demográficas, 2000, acessado em IBGETeen [www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html), em maio de 2011,

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA, 2009, acessado em <http://www.ipeadata.gov.br>, em fevereiro de 2011.

---- (2008), Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano, acessado em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/estudoVF2.pdf> em maio de 2011.

Pnud/Ipea/FJP (2000), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Notarbartolo di Villarosa F. e Magalhães F., Aprendendo da Melhoria de Assentamentos Precários no Brasil: Recomendações para Políticas Públicas, BID, Washington DC, 2011 (no prelo).

----- Francesco Notarbartolo di Villarosa, Recomendações propostas para o trabalho social no desenvolvimento urbano – Nota Técnica, Brasília 2010 (mimeo).

Observatório das Metrôpoles (2006), “Como anda a situação da Região Metropolitana do Recife”, acessado em [http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/como\\_anda/como\\_anda\\_RM\\_recife.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_recife.pdf), em dezembro de 2011.

Organização das Nações Unidas, Programa das ações unidas para o desenvolvimento (PNUD), acessado em <http://www.pnud.org.br/odm/>, em maio de 2011.

RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça (2008), Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, ed. p/Júlio Weiselfisz.

---- United Nations Centre for Human Settlements, UNCHS (2001a). Cities in a Globalizing World: Global Report on Human Settlements 2001. London, Earthscan.

----United Nations Population Division (2001a). World Urbanization Prospects: The 1999 Revision. KeyFindings. United Nations Population Division, acessado em <http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/urbanization/urbanization.pdf> [Geo-2-203], em maio de 2011.

PERNAMBUCO, 2009. Governo do Estado, acessado em [www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br), em junho de 2009.

-----PROMETRÓPOLE, acessado em [www.prometropole.pe.gov.br](http://www.prometropole.pe.gov.br), em maio de 2011.

----- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SUAPE, "Institucional, O que é SUAPE", acessado em [www.suape.pe.gov.br](http://www.suape.pe.gov.br), em maio de 2011.

### **Artigos de jornais**

Globo, O, "Brasil supera Espanha como oitava economia", publicado no dia 19 de agosto de 2010

### **Matérias de TV**

TV Jornal (2011), "Série Jovem Aprendiz", exibido no programa TV jornal Meio Dia, nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2011.



## ABREVIações E SIGLAS

- CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
- CMASO – Conselho Municipal Assistência Social de Olinda
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- DRUP – Diagnóstico Rápido Urbano Participativo
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- ODM – Objetivos do Milênio
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- OSC – Organizações da Sociedade Civil
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PATS – Projeto de Apoio Técnico Social
- PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PQA – Plano de Qualidade das Águas
- RMR – Região Metropolitana do Recife
- UNESCO – Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura
- UNCHS – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos



A pessoa no centro  
do desenvolvimento



# Comunidade Viva

A pessoa no centro  
do desenvolvimento

ENTIDADE EXECUTORA:



[www.avsi.org](http://www.avsi.org)

ENTIDADE FINANCIADORA:



UNIÃO EUROPEIA

PARCEIRO:



cooperação para o  
desenvolvimento  
e morada humana

ASSOCIADOS:

VOCÊ FAZ  
**OLINDA**  
PREFEITURA DA CIDADE

PROGRAMA  
**PROMETROPOLE**

